

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	8
Demonstração do Fluxo de Caixa	9

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012	11
DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011	12
Demonstração do Valor Adicionado	13

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	14
Balanço Patrimonial Passivo	15
Demonstração do Resultado	17
Demonstração do Resultado Abrangente	19
Demonstração do Fluxo de Caixa	20

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012	22
DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011	23
Demonstração do Valor Adicionado	24

Comentário do Desempenho	25
--------------------------	----

Notas Explicativas	31
--------------------	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	86
---	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	88
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2012
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	227.836.623
Preferenciais	0
Total	227.836.623
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	09/02/2012	Juros sobre Capital Próprio	22/06/2012	Ordinária		2,54000

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
1	Ativo Total	25.149.821	25.018.556
1.01	Ativo Circulante	3.147.377	3.704.694
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.743.447	2.142.079
1.01.03	Contas a Receber	1.105.573	1.257.348
1.01.03.01	Clientes	931.471	1.072.015
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	174.102	185.333
1.01.03.02.01	Saldos com Partes Relacionadas	174.102	185.333
1.01.04	Estoques	33.368	44.576
1.01.06	Tributos a Recuperar	86.047	117.893
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	86.047	117.893
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	178.942	142.798
1.01.08.03	Outros	178.942	142.798
1.01.08.03.01	Caixa Restrito	90.847	99.729
1.01.08.03.20	Demais Contas a Receber	88.095	43.069
1.02	Ativo Não Circulante	22.002.444	21.313.862
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	860.402	931.985
1.02.01.03	Contas a Receber	315.623	333.713
1.02.01.03.01	Clientes	315.623	333.713
1.02.01.06	Tributos Diferidos	138.465	177.926
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	138.465	177.926
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	154.345	170.288
1.02.01.08.03	Créditos com Controladores	154.345	170.288
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	251.969	250.058
1.02.01.09.03	Indenizações a Receber	60.295	60.295
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	50.016	54.178
1.02.01.09.05	Agência Nacional de Água - ANA	104.779	100.551
1.02.01.09.20	Demais Contas a Receber	36.879	35.034
1.02.02	Investimentos	78.039	74.571
1.02.02.01	Participações Societárias	23.993	21.986
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	23.993	21.986
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	54.046	52.585
1.02.03	Imobilizado	198.005	181.585
1.02.04	Intangível	20.865.998	20.125.721
1.02.04.01	Intangíveis	20.865.998	20.125.721
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	12.393.007	12.078.687
1.02.04.01.02	Contratos de Programa	1.697.611	1.505.766
1.02.04.01.03	Contrato Prestação de Serviço	6.760.606	6.522.475
1.02.04.01.04	Licença de Uso de Software	311	2.316
1.02.04.01.05	Novos Negócios	14.463	16.477

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2	Passivo Total	25.149.821	25.018.556
2.01	Passivo Circulante	3.379.071	3.956.146
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	282.617	243.502
2.01.01.01	Obrigações Sociais	25.276	31.836
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	257.341	211.666
2.01.02	Fornecedores	193.370	244.658
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	193.370	244.658
2.01.03	Obrigações Fiscais	121.129	180.794
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	120.786	175.264
2.01.03.01.02	Pis-Pasep e Cofins a Pagar	43.377	57.052
2.01.03.01.03	INSS a Pagar	26.692	25.630
2.01.03.01.04	Parcelamento Lei 10.684/03	37.392	36.716
2.01.03.01.20	Outros Tributos Federais	13.325	55.866
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	343	5.530
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.323.611	1.629.184
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	837.056	825.265
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	624.162	635.888
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	212.894	189.377
2.01.04.02	Debêntures	486.555	803.919
2.01.05	Outras Obrigações	767.227	893.938
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	3.967	12.062
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	3.967	12.062
2.01.05.02	Outros	763.260	881.876
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	142	247.486
2.01.05.02.04	Contas a Pagar	375.497	383.116
2.01.05.02.05	Valores a Restituir	46.887	50.300
2.01.05.02.06	Compromissos Contratos de Programas	43.592	62.287
2.01.05.02.07	Parceria Público Privada - PPP	515	12.693
2.01.05.02.08	Convênio Prefeitura Municipal de São Paulo	61.805	62.228
2.01.05.02.09	Indenizações	3.871	5.310
2.01.05.02.10	Acordos	173.000	0
2.01.05.02.20	Outras Obrigações	57.951	58.456
2.01.06	Provisões	691.117	764.070
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	146.469	117.556
2.01.06.01.01	Provisões Fiscais	5.773	5.859
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	95.744	86.821
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	44.952	24.876
2.01.06.02	Outras Provisões	544.648	646.514
2.01.06.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	68.315	12.014
2.01.06.02.04	Provisões com Clientes	269.389	244.817
2.01.06.02.05	Provisões com Fornecedores	206.944	389.683
2.02	Passivo Não Circulante	10.728.273	10.516.514
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	7.062.855	6.794.148
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	4.694.727	4.725.684
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	1.718.495	1.861.640
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	2.976.232	2.864.044

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2.02.01.02	Debêntures	2.368.128	2.068.464
2.02.02	Outras Obrigações	2.938.761	2.914.607
2.02.02.02	Outros	2.938.761	2.914.607
2.02.02.02.03	Outros Impostos e Contribuições a Recolher	0	18.363
2.02.02.02.04	Obrigações Previdenciárias	2.094.324	2.050.697
2.02.02.02.05	Compromissos Contratos de Programas	135.842	130.978
2.02.02.02.06	Parceria Público Privada - PPP	424.065	416.105
2.02.02.02.07	Indenizações	38.659	43.707
2.02.02.02.08	TAC - Aposentados	17.047	30.171
2.02.02.02.09	Cofins e Pasep Diferidos	115.513	114.106
2.02.02.02.20	Outras Obrigações	113.311	110.480
2.02.04	Provisões	726.657	807.759
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	287.302	293.794
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	73.406	70.589
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	84.378	69.715
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	129.518	153.490
2.02.04.02	Outras Provisões	439.355	513.965
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	67.568	109.165
2.02.04.02.04	Provisões com Clientes	346.675	373.716
2.02.04.02.05	Provisões com Fornecedores	25.112	31.084
2.03	Patrimônio Líquido	11.042.477	10.545.896
2.03.01	Capital Social Realizado	6.203.688	6.203.688
2.03.02	Reservas de Capital	124.255	124.255
2.03.02.07	Auxílio para Obras	108.475	108.475
2.03.02.08	Reserva de Incentivos	15.780	15.780
2.03.04	Reservas de Lucros	3.929.810	4.217.953
2.03.04.01	Reserva Legal	521.219	521.219
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	288.143
2.03.04.10	Reserva de Investimentos	3.408.591	3.408.591
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	784.724	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	2.475.049	5.052.731	2.339.783	4.634.406
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.567.770	-3.064.208	-1.437.714	-2.805.491
3.02.01	Custos dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.002.279	-1.959.335	-951.400	-1.879.762
3.02.02	Custos de Construção	-565.491	-1.104.873	-486.314	-925.729
3.03	Resultado Bruto	907.279	1.988.523	902.069	1.828.915
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-267.452	-638.518	-254.623	-752.108
3.04.01	Despesas com Vendas	-168.512	-339.290	-155.317	-333.538
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-116.040	-323.031	-146.219	-467.701
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	22.875	33.482	54.936	60.189
3.04.04.01	Outras Receitas Operacionais	25.321	37.227	60.535	66.324
3.04.04.02	Cofins e Pasep	-2.446	-3.745	-5.599	-6.135
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-4.478	-6.622	-6.737	-8.806
3.04.05.01	Perda na Baixa de Bens do Imobilizado	-869	-1.808	-3.737	-4.379
3.04.05.03	Incentivos Fiscais	-3.499	-4.688	-2.960	-4.310
3.04.05.05	Outras	-110	-126	-40	-117
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-1.297	-3.057	-1.286	-2.252
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	639.827	1.350.005	647.446	1.076.807
3.06	Resultado Financeiro	-331.375	-286.365	45.551	-5.083
3.06.01	Receitas Financeiras	71.054	158.412	119.545	210.572
3.06.01.01	Receitas Financeiras	70.860	158.467	129.577	225.522
3.06.01.02	Variações Cambiais Ativa	194	-55	-10.032	-14.950
3.06.02	Despesas Financeiras	-402.429	-444.777	-73.994	-215.655
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-120.750	-322.310	-148.237	-358.995
3.06.02.02	Variações Cambiais Passiva	-281.679	-122.467	74.243	143.340
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	308.452	1.063.640	692.997	1.071.724
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-15.640	-278.916	-213.350	-409.283
3.08.01	Corrente	24.541	-239.454	-197.704	-407.018
3.08.02	Diferido	-40.181	-39.462	-15.646	-2.265

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	292.812	784.724	479.647	662.441
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	292.812	784.724	479.647	662.441
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	1,28519	3,44425	2,10523	2,90753
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	1,28519	3,44425	2,10523	2,90753

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possui demonstração de resultado abrangente

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.289.330	1.317.190
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.997.509	2.105.642
6.01.01.01	Lucro Líquido Antes do Imp.Renda e Contr.Social	1.063.640	1.071.724
6.01.01.02	Provisões p/ Contingências	-6	116.014
6.01.01.05	Prejuízo Venda Ativos Imobilizados e Intangíveis	2.056	4.379
6.01.01.06	Depreciação e Amortização	363.511	404.324
6.01.01.07	Juros Calculados s/ Empréstimos e Financ. a Pagar	204.957	237.592
6.01.01.08	Variações Monetária e Cambiais de Emprést. e Financ.	139.890	-108.511
6.01.01.09	Juros e Variações Monetárias Passivas	863	1.549
6.01.01.10	Juros e Variações Monetárias Ativas	-5.182	-14.319
6.01.01.11	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	183.738	177.892
6.01.01.12	Provisão para Termo de Ajustamento de Conduta(TAC)	20.315	21.949
6.01.01.13	Resultado de Equivalência Patrimonial	3.057	2.252
6.01.01.14	Provisão Sabesprev Mais	-5.147	-5.655
6.01.01.15	Outras Provisões/Reversões	3.669	4.630
6.01.01.16	Repasse Prefeitura Municipal São Paulo	-2.638	-835
6.01.01.17	Margem de Valor Justo sobre Ativos Intangíveis Resultantes de Contratos de Concessão	-23.863	-22.982
6.01.01.18	Obrigações Previdenciárias	48.649	215.639
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-202.619	-145.712
6.01.02.01	Contas a Receber de Clientes	-23.355	-104.549
6.01.02.02	Saldos e Transações com Partes Relacionadas	28.946	15.996
6.01.02.03	Estoques	10.443	-755
6.01.02.04	Impostos a Recuperar	-20.715	-56.558
6.01.02.05	Demais Contas a Receber	-54.003	2.512
6.01.02.06	Depósitos Judiciais	-36.306	5.525
6.01.02.08	Empreiteiros e Fornecedores	-71.735	23.048
6.01.02.09	Salários, Provisões e Contrib. Social	18.800	5.007
6.01.02.10	Obrigações Previdenciárias	-5.022	-5.972
6.01.02.11	Impostos e Contribuições a Recolher	-78.891	-20.158
6.01.02.12	Serviços Recebidos	-7.619	-16.372
6.01.02.13	Outras Obrigações	147.351	71.616
6.01.02.14	Contingências	-111.920	-66.194
6.01.02.15	Impostos sobre Receitas	1.407	1.142
6.01.03	Outros	-505.560	-642.740
6.01.03.01	Juros Pagos	-320.951	-374.631
6.01.03.02	Imposto de Renda e Contribuições Pagos	-184.609	-268.109
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-864.239	-625.317
6.02.01	Aquisição de Bens Ativo Imobilizado	-9.198	-6.065
6.02.02	Aumento de Intangíveis	-858.859	-798.483
6.02.03	Aumento Investimento	-5.064	-10.556
6.02.04	Caixa Restrito	8.882	189.787
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-823.723	-506.924
6.03.01	Captações	888.842	1.305.953
6.03.02	Amortizações de Empréstimos	-1.174.793	-1.389.954

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
6.03.03	Pagamento de Juros sobre o Capital Próprio	-537.772	-422.923
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-398.632	184.949
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	2.142.079	1.988.004
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.743.447	2.172.953

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	6.203.688	124.255	4.217.953	0	0	10.545.896
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	6.203.688	124.255	4.217.953	0	0	10.545.896
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-288.143	0	0	-288.143
5.04.08	Dividendos Adicionais Aprovados	0	0	-288.143	0	0	-288.143
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	784.724	0	784.724
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	784.724	0	784.724
5.07	Saldos Finais	6.203.688	124.255	3.929.810	784.724	0	11.042.477

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	6.203.688	124.255	3.353.857	0	0	9.681.800
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	6.203.688	124.255	3.353.857	0	0	9.681.800
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-68.761	0	0	-68.761
5.04.08	Dividendos Adicionais Aprovados	0	0	-68.761	0	0	-68.761
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	662.441	0	662.441
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	662.441	0	662.441
5.07	Saldos Finais	6.203.688	124.255	3.285.096	662.441	0	10.275.480

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
7.01	Receitas	5.328.509	4.914.163
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	4.237.934	3.975.235
7.01.02	Outras Receitas	37.227	66.324
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	1.128.735	948.711
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-75.387	-76.107
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-2.127.634	-1.914.439
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-1.816.290	-1.608.692
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-304.722	-296.941
7.02.04	Outros	-6.622	-8.806
7.03	Valor Adicionado Bruto	3.200.875	2.999.724
7.04	Retenções	-363.929	-404.862
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-363.929	-404.862
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	2.836.946	2.594.862
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	155.355	208.320
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-3.057	-2.252
7.06.02	Receitas Financeiras	158.412	210.572
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.992.301	2.803.182
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	2.992.301	2.803.182
7.08.01	Pessoal	763.609	891.876
7.08.01.01	Remuneração Direta	514.632	487.961
7.08.01.02	Benefícios	198.700	352.032
7.08.01.03	F.G.T.S.	50.277	51.883
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	802.576	886.770
7.08.02.01	Federais	751.131	847.144
7.08.02.02	Estaduais	25.303	20.117
7.08.02.03	Municipais	26.142	19.509
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	641.392	362.095
7.08.03.01	Juros	610.120	343.633
7.08.03.02	Aluguéis	31.272	18.462
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	784.724	662.441
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	784.724	662.441

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
1	Ativo Total	25.344.935	25.214.984
1.01	Ativo Circulante	3.145.758	3.725.833
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.752.485	2.149.989
1.01.03	Contas a Receber	1.106.430	1.257.992
1.01.03.01	Clientes	932.328	1.072.659
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	174.102	185.333
1.01.03.02.01	Saldos com Partes Relacionadas	174.102	185.333
1.01.04	Estoques	33.409	44.611
1.01.06	Tributos a Recuperar	86.355	118.116
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	86.355	118.116
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	167.079	155.125
1.01.08.03	Outros	167.079	155.125
1.01.08.03.01	Caixa Restrito	90.847	99.729
1.01.08.03.20	Demais Contas a Receber	76.232	55.396
1.02	Ativo Não Circulante	22.199.177	21.489.151
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	866.007	938.421
1.02.01.03	Contas a Receber	315.623	333.713
1.02.01.03.01	Clientes	315.623	333.713
1.02.01.06	Tributos Diferidos	142.162	179.463
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	142.162	179.463
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	154.345	170.288
1.02.01.08.03	Créditos com Controladores	154.345	170.288
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	253.877	254.957
1.02.01.09.03	Indenizações a Receber	60.295	60.295
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	50.016	54.178
1.02.01.09.05	Agência Nacional de Água - ANA	104.779	100.551
1.02.01.09.20	Demais Contas a Receber	38.787	39.933
1.02.02	Investimentos	54.046	52.585
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	54.046	52.585
1.02.03	Imobilizado	393.709	356.468
1.02.04	Intangível	20.885.415	20.141.677
1.02.04.01	Intangíveis	20.885.415	20.141.677
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	12.412.354	12.094.633
1.02.04.01.02	Contratos de Programa	1.697.611	1.505.766
1.02.04.01.03	Contrato Prestação Serviço	6.760.606	6.522.475
1.02.04.01.04	Licença Uso Software	381	2.326
1.02.04.01.05	Novos Negócios	14.463	16.477

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2	Passivo Total	25.344.935	25.214.984
2.01	Passivo Circulante	3.392.246	3.968.668
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	283.272	243.876
2.01.01.01	Obrigações Sociais	25.385	31.927
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	257.887	211.949
2.01.02	Fornecedores	195.275	255.557
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	195.275	255.557
2.01.03	Obrigações Fiscais	121.248	181.122
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	120.894	175.378
2.01.03.01.02	Pis-Pasep e Cofins a Pagar	43.393	57.073
2.01.03.01.03	INSS a Pagar	26.696	25.645
2.01.03.01.04	Parcelamento Lei 10.684/03	37.392	36.716
2.01.03.01.20	Outros Tributos Federais	13.413	55.944
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	0	4
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	354	5.740
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.325.346	1.630.010
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	838.791	826.091
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	625.897	636.714
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	212.894	189.377
2.01.04.02	Debêntures	486.555	803.919
2.01.05	Outras Obrigações	775.988	894.033
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	3.967	12.062
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	3.967	12.062
2.01.05.02	Outros	772.021	881.971
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	142	247.486
2.01.05.02.04	Serviços	375.497	383.116
2.01.05.02.05	Valores a Restituir	46.887	50.300
2.01.05.02.06	Compromissos Contratos de Programas	43.592	62.287
2.01.05.02.07	Parceria Público Privada - PPP	515	12.693
2.01.05.02.08	Convênio Prefeitura Municipal de São Paulo	61.805	62.228
2.01.05.02.09	Indenizações	3.871	5.310
2.01.05.02.10	Acordos	173.000	0
2.01.05.02.20	Outras Obrigações	66.712	58.551
2.01.06	Provisões	691.117	764.070
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	146.469	117.556
2.01.06.01.01	Provisões Fiscais	5.773	5.859
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	95.744	86.821
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	44.952	24.876
2.01.06.02	Outras Provisões	544.648	646.514
2.01.06.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	68.315	12.014
2.01.06.02.04	Provisões com Clientes	269.389	244.817
2.01.06.02.05	Provisões com Fornecedores	206.944	389.683
2.02	Passivo Não Circulante	10.910.212	10.700.420
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	7.244.394	6.966.285
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	4.718.468	4.737.722
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	1.742.236	1.873.678

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	2.976.232	2.864.044
2.02.01.02	Debêntures	2.525.926	2.228.563
2.02.02	Outras Obrigações	2.939.156	2.926.376
2.02.02.02	Outros	2.939.156	2.926.376
2.02.02.02.03	Outros Impostos e Contribuições a Recolher	0	18.363
2.02.02.02.04	Obrigações Previdenciárias	2.094.324	2.050.697
2.02.02.02.05	Compromissos Contratos de Programas	135.842	130.978
2.02.02.02.06	Parceria Público Privada - PPP	424.065	416.105
2.02.02.02.07	Indenizações	38.659	43.707
2.02.02.02.08	TAC - Aposentados	17.047	30.171
2.02.02.02.09	Cofins e Pasep Diferidos	117.026	114.957
2.02.02.02.20	Outras Obrigações	112.193	121.398
2.02.04	Provisões	726.662	807.759
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	287.307	293.794
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	73.406	70.589
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	84.378	69.715
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	129.523	153.490
2.02.04.02	Outras Provisões	439.355	513.965
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	67.568	109.165
2.02.04.02.04	Provisões com Clientes	346.675	373.716
2.02.04.02.05	Provisões com Fornecedores	25.112	31.084
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	11.042.477	10.545.896
2.03.01	Capital Social Realizado	6.203.688	6.203.688
2.03.02	Reservas de Capital	124.255	124.255
2.03.02.07	Auxílio para Obras	108.475	108.475
2.03.02.08	Reserva de Incentivos	15.780	15.780
2.03.04	Reservas de Lucros	3.929.810	4.217.953
2.03.04.01	Reserva Legal	521.219	521.219
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	288.143
2.03.04.10	Reserva de Investimentos	3.408.591	3.408.591
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	784.724	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	2.478.285	5.066.683	2.341.566	4.637.256
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.569.866	-3.075.320	-1.439.146	-2.807.570
3.02.01	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.002.945	-1.962.655	-952.256	-1.881.251
3.02.02	Custos de Construção	-566.921	-1.112.665	-486.890	-926.319
3.03	Resultado Bruto	908.419	1.991.363	902.420	1.829.686
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-268.470	-640.850	-254.726	-752.612
3.04.01	Despesas com Vendas	-168.592	-339.669	-155.392	-333.641
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-118.312	-328.104	-147.561	-470.411
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	22.912	33.545	54.964	60.246
3.04.04.01	Outras Receitas Operacionais	25.358	37.290	60.563	66.381
3.04.04.02	Cofins e Pasep	-2.446	-3.745	-5.599	-6.135
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-4.478	-6.622	-6.737	-8.806
3.04.05.01	Perda na Baixa de Bens do Imobilizado	-869	-1.808	-3.737	-4.379
3.04.05.03	Incentivos Fiscais	-3.499	-4.688	-2.960	-4.310
3.04.05.05	Outras	-110	-126	-40	-117
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	639.949	1.350.513	647.694	1.077.074
3.06	Resultado Financeiro	-332.055	-289.143	45.438	-5.252
3.06.01	Receitas Financeiras	71.182	158.769	119.600	210.664
3.06.01.01	Receitas Financeiras	70.987	158.814	129.630	225.611
3.06.01.02	Variações Cambiais Ativa	195	-45	-10.030	-14.947
3.06.02	Despesas Financeiras	-403.237	-447.912	-74.162	-215.916
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-121.545	-325.432	-148.405	-359.256
3.06.02.02	Variações Cambiais Passiva	-281.692	-122.480	74.243	143.340
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	307.894	1.061.370	693.132	1.071.822
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-15.082	-276.646	-213.485	-409.381
3.08.01	Corrente	23.539	-239.597	-197.832	-407.146
3.08.02	Diferido	-38.621	-37.049	-15.653	-2.235
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	292.812	784.724	479.647	662.441

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	292.812	784.724	479.647	662.441
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	292.812	784.724	479.647	662.441
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	1,28519	3,44425	2,10523	2,90753
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	1,28519	3,44425	2,10523	2,90753

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possui demonstração de resultado abrangente

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.306.276	1.314.880
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.999.531	2.103.771
6.01.01.01	Lucro Líquido Antes do Imposto de Renda e Contribuição	1.061.370	1.071.822
6.01.01.02	Provisões para Contingências	-6	116.014
6.01.01.05	Prejuízo Venda Ativos Imobilizados Intangíveis	2.056	4.379
6.01.01.06	Depreciação e Amortização	363.588	404.339
6.01.01.07	Juros Calculados sobre Empréstimos e Financiamentos a Pagar	212.969	237.853
6.01.01.08	Variações Monetária e Cambial de Empréstimos e Financiamentos	139.890	-108.511
6.01.01.09	Juros e Variações Monetárias Passivas	863	1.556
6.01.01.10	Juros e Variações Ativas	-5.182	-14.319
6.01.01.11	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	183.738	177.892
6.01.01.12	Provisão para Termo de Ajustamento de Conduta(TAC)	20.315	21.949
6.01.01.14	Provisão Sabesprev Mais	-5.147	-5.655
6.01.01.15	Outras Provisões/Reversões	3.669	4.630
6.01.01.16	Repasse Prefeitura Municipal de São Paulo	-2.638	-835
6.01.01.17	Margem de Valor justo Sobre Ativos Intangíveis Resultantes de Contratos de Concessão	-24.603	-22.982
6.01.01.18	Obrigações Previdenciárias	48.649	215.639
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-187.257	-146.151
6.01.02.01	Contas a Receber de Clientes	-23.568	-104.875
6.01.02.02	Saldos e Transações com Partes Relacionadas	28.946	15.996
6.01.02.03	Estoques	10.437	-767
6.01.02.04	Impostos a Recuperar	-20.942	-56.801
6.01.02.05	Demais Contas a Receber	-28.576	1.671
6.01.02.06	Depósito Judiciais	-36.306	5.525
6.01.02.08	Empreiteiros e Fornecedores	-80.729	23.622
6.01.02.09	Salários, Provisões e Contribuições Sociais	19.081	5.296
6.01.02.10	Obrigações Previdenciárias	-5.022	-5.972
6.01.02.11	Impostos e Contribuições a Recolher	-79.100	-20.049
6.01.02.12	Serviços Recebidos	-7.619	-16.372
6.01.02.13	Outras Obrigações	145.735	71.627
6.01.02.14	Contingências	-111.915	-66.194
6.01.02.15	Impostos sobre Receitas	2.321	1.142
6.01.03	Outros	-505.998	-642.740
6.01.03.01	Juros Pagos	-321.389	-374.631
6.01.03.02	Impostos de Renda e Contribuições Pagos	-184.609	-268.109
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-882.794	-655.219
6.02.01	Aquisição de Bens Ativo Imobilizado	-30.042	-41.156
6.02.02	Aumento de Intangíveis	-861.634	-803.850
6.02.04	Caixa Restrito	8.882	189.787
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-820.986	-474.301
6.03.01	Captações	895.711	1.340.878
6.03.02	Amortizações de Empréstimos	-1.178.925	-1.392.256
6.03.03	Pagamento de Juros sobre Capital Próprio	-537.772	-422.923

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-397.504	185.360
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	2.149.989	1.989.179
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.752.485	2.174.539

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	6.203.688	124.255	4.217.953	0	0	10.545.896	0	10.545.896
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	6.203.688	124.255	4.217.953	0	0	10.545.896	0	10.545.896
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-288.143	0	0	-288.143	0	-288.143
5.04.08	Dividendos Adicionais Aprovados	0	0	-288.143	0	0	-288.143	0	-288.143
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	784.724	0	784.724	0	784.724
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	784.724	0	784.724	0	784.724
5.07	Saldos Finais	6.203.688	124.255	3.929.810	784.724	0	11.042.477	0	11.042.477

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	6.203.688	124.255	3.353.857	0	0	9.681.800	0	9.681.800
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	6.203.688	124.255	3.353.857	0	0	9.681.800	0	9.681.800
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-68.761	0	0	-68.761	0	-68.761
5.04.08	Dividendos Adicionais Aprovados	0	0	-68.761	0	0	-68.761	0	-68.761
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	662.441	0	662.441	0	662.441
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	662.441	0	662.441	0	662.441
5.07	Saldos Finais	6.203.688	124.255	3.285.096	662.441	0	10.275.480	0	10.275.480

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
7.01	Receitas	5.343.188	4.917.150
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	4.244.178	3.978.053
7.01.02	Outras Receitas	37.290	66.381
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	1.137.268	948.823
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-75.548	-76.107
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-2.140.150	-1.917.380
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-1.826.328	-1.610.413
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-307.200	-298.161
7.02.04	Outros	-6.622	-8.806
7.03	Valor Adicionado Bruto	3.203.038	2.999.770
7.04	Retenções	-364.006	-404.878
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-364.006	-404.878
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	2.839.032	2.594.892
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	158.769	210.664
7.06.02	Receitas Financeiras	158.769	210.664
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.997.801	2.805.556
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	2.997.801	2.805.556
7.08.01	Pessoal	766.409	893.286
7.08.01.01	Remuneração Direta	516.866	489.200
7.08.01.02	Benefícios	199.112	352.130
7.08.01.03	F.G.T.S.	50.431	51.956
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	801.779	887.318
7.08.02.01	Federais	750.154	847.619
7.08.02.02	Estaduais	25.307	20.132
7.08.02.03	Municipais	26.318	19.567
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	644.889	362.511
7.08.03.01	Juros	613.255	343.894
7.08.03.02	Aluguéis	31.634	18.617
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	784.724	662.441
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	784.724	662.441

1. Destaques financeiros

	<i>R\$ milhões</i>							
	2T11	2T12	Var. (R\$)	%	1S11	1S12	Var. (R\$)	%
(+) Receita operacional bruta	1.985,4	2.048,6	63,2	3,2	3.975,2	4.237,9	262,7	6,6
(+) Receita de construção	498,5	577,8	79,3	15,9	948,7	1.128,7	180,0	19,0
(-) COFINS e PASEP	144,1	151,4	7,3	5,1	289,5	313,9	24,4	8,4
(=) Receita operacional líquida	2.339,8	2.475,0	135,2	5,8	4.634,4	5.052,7	418,3	9,0
(-) Custos e despesas	1.253,0	1.286,8	33,8	2,7	2.681,0	2.621,6	(59,4)	(2,2)
(-) Custos de construção	486,3	565,5	79,2	16,3	925,7	1.104,9	179,2	19,4
(+) Resultado da equivalência patrimonial	(1,2)	(1,3)	(0,1)	-	(2,3)	(3,0)	(0,7)	-
(=) Resultado antes das financeiras (LAJIR*)	599,3	621,4	22,1	3,7	1.025,4	1.323,2	297,8	29,0
(+) Depreciação e amortização	176,2	177,0	0,8	0,5	404,3	363,5	(40,8)	(10,1)
(=) LAJIDA**	775,5	798,4	22,9	3,0	1.429,7	1.686,7	257,0	18,0
(%) Margem LAJIDA	33,1	32,3			30,8	33,4		
Lucro líquido	479,6	292,8	(186,8)	(38,9)	662,4	784,7	122,3	18,5
Lucro por ação (R\$)	2,11	1,29			2,91	3,44		

(*) Lucro antes dos juros e imposto de renda

(**) Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização

No 2T12, a receita operacional líquida totalizou R\$ 2,5 bilhões, um crescimento de 5,8% em relação ao 2T11. Os custos e despesas somados aos custos de construção, no montante de R\$ 1,9 bilhão apresentaram um acréscimo de 6,5% em relação ao 2T11. O LAJIR avançou 3,7%, passando de R\$ 599,3 milhões no 2T11 para R\$ 621,4 milhões no 2T12. O LAJIDA passou de R\$ 775,5 milhões no 2T11 para R\$ 798,4 milhões no 2T12, um aumento de 3,0%. A margem LAJIDA no 2T12 atingiu 32,3%, comparativamente a 33,1% no mesmo período do ano anterior. Desconsiderando os efeitos da receita e do custo de construção a margem LAJIDA resulta em 41,4% no 2T12 (41,5% no 2T11).

Na comparação do resultado do 2T12 em relação ao 2T11 observa-se que uma das principais variações ocorreu na rubrica "Variações cambiais sobre empréstimos e financiamentos". Esse efeito (não caixa) se deve a desvalorização do real frente ao dólar norte americano e ao iene japonês de 10,9% e 14,6%, respectivamente.

Desconsiderando o efeito da variação cambial e dos respectivos impostos o lucro líquido no 1S12 seria de R\$ 865,6 milhões (R\$ 567,8 milhões no 1S11). No 2T12 o lucro líquido teria sido de R\$ 478,7 milhões (R\$ 430,6 milhões), o que representaria um crescimento de 11,2%.

A margem LAJIDA do 1S12 foi de 33,4% (30,8% em 2011). Desconsiderando os efeitos da receita de construção e do custo de construção, a margem LAJIDA resultaria em 42,4% (38,2% em 2011).

2. Receita operacional bruta

A receita operacional bruta relacionada à prestação de serviços de fornecimento de água e coleta de esgoto apresentou um acréscimo de R\$ 63,2 milhões, ou 3,2%, passando de R\$ 1.985,4 milhões no 2T11 para R\$ 2.048,6 milhões no 2T12. Os fatores determinantes foram: o crescimento do volume faturado de 1,4% e o reajuste tarifário, aplicado desde setembro de 2011, de 6,83%.

O crescimento da receita abaixo do esperado, ocorreu pelo seguinte motivo: com a conclusão da implantação dos serviços do TACE ⁽¹⁾ nos municípios do interior, o que representa maior agilidade no faturamento e redução no prazo de recebimento das contas de água, houve também uma diminuição na quantidade de dias cujo fornecimento ainda não faturado, é estimado (estimativa de receita). Com isso, o comportamento do faturamento refletiu o crescimento nas vendas e o reajuste tarifário, mas a estimativa das rendas não faturadas, que também compõe a receita operacional, foi inferior às estimativas dos períodos anteriores.

Desconsiderando esse fato, não recorrente, a receita operacional teria apresentado crescimento de 7,8%.

⁽¹⁾TACE (Técnico de Atendimento Comercial Externo) - possibilita a leitura e a emissão da conta de água e esgoto na mesma hora e na porta da casa do cliente. Assim, é possível que o morador tire suas dúvidas de consumo com mais comodidade. Além disso, o técnico pode emitir segunda via de conta, solicitar consertos ou outros serviços, dar dicas de economia de água e fazer alterações cadastrais.

3. Receita de construção

No 2T12, a receita de construção apresentou um acréscimo de R\$ 79,3 milhões ou 15,9%, quando comparado com o 2T11, passando de R\$ 498,5 milhões para R\$ 577,8 milhões. A variação se deu principalmente devido ao maior investimento no período.

4. Volume faturado

Nos quadros a seguir demonstram-se os volumes faturados de água e esgoto, de acordo com a categoria de uso região, no 2T11, 2T12, 1S11 e 1S12.

VOLUME FATURADO ⁽¹⁾ DE ÁGUA E ESGOTO POR CATEGORIA DE USO - milhões de m³

Categoria	Água			Esgoto			Água + Esgoto		
	2T11	2T12	%	2T11	2T12	%	2T11	2T12	%
Residencial	366,7	371,5	1,3	301,2	307,0	1,9	667,9	678,5	1,6
Comercial	41,8	42,6	1,9	39,2	39,7	1,3	81,0	82,3	1,6
Industrial	9,8	9,3	(5,1)	10,1	10,6	5,0	19,9	19,9	-
Pública	13,8	14,1	2,2	10,9	10,9	-	24,7	25,0	1,2
Total varejo	432,1	437,5	1,2	361,4	368,2	1,9	793,5	805,7	1,5
Atacado	74,2	73,8	(0,5)	6,7	7,2	7,5	80,9	81,0	0,1
Água de reuso	0,1	0,1	-	-	-	-	0,1	0,1	-
Total	506,4	511,4	1,0	368,1	375,4	2,0	874,5	886,8	1,4
	1S11	1S12	%	1S11	1S12	%	1S11	1S12	%
Residencial	740,1	756,1	2,2	604,8	622,3	2,9	1.344,9	1.378,4	2,5
Comercial	83,1	85,6	3,0	77,5	79,4	2,5	160,6	165,0	2,7
Industrial	19,2	18,9	(1,6)	20,0	20,9	4,5	39,2	39,8	1,5
Pública	26,0	27,2	4,6	20,4	21,0	2,9	46,4	48,2	3,9
Total varejo	868,4	887,8	2,2	722,7	743,6	2,9	1.591,1	1.631,4	2,5
Atacado	148,3	147,1	(0,8)	14,2	13,5	(4,9)	162,5	160,6	(1,2)
Água de reuso	0,2	0,2	-	-	-	-	0,2	0,2	-
Total	1.016,9	1.035,1	1,8	736,9	757,1	2,7	1.753,8	1.792,2	2,2

VOLUME FATURADO ⁽¹⁾ DE ÁGUA E ESGOTO POR REGIÃO - milhões de m³

Região	Água			Esgoto			Água + Esgoto		
	2T11	2T12	%	2T11	2T12	%	2T11	2T12	%
Metropolitana	285,0	290,2	1,8	242,4	247,6	2,1	527,4	537,8	2,0
Regional ⁽²⁾	147,1	147,3	0,1	119,0	120,6	1,3	266,1	267,9	0,7
Total varejo	432,1	437,5	1,2	361,4	368,2	1,9	793,5	805,7	1,5
Atacado	74,2	73,8	(0,5)	6,7	7,2	7,5	80,9	81,0	0,1
Água de reuso	0,1	0,1	-	-	-	-	0,1	0,1	-
Total	506,4	511,4	1,0	368,1	375,4	2,0	874,5	886,8	1,4
	1S11	1S12	%	1S11	1S12	%	1S11	1S12	%
Metropolitana	570,3	583,4	2,3	483,7	495,9	2,5	1.054,0	1.079,3	2,4
Regional ⁽²⁾	298,1	304,4	2,1	239,0	247,7	3,6	537,1	552,1	2,8
Total varejo	868,4	887,8	2,2	722,7	743,6	2,9	1.591,1	1.631,4	2,5
Atacado	148,3	147,1	(0,8)	14,2	13,5	(4,9)	162,5	160,6	(1,2)
Água de reuso	0,2	0,2	-	-	-	-	0,2	0,2	-
Total	1.016,9	1.035,1	1,8	736,9	757,1	2,7	1.753,8	1.792,2	2,2

(1) Não auditado

(2) Composto pelas regiões do litoral e interior

5. Custos, despesas administrativas, comerciais e de construção

No 2T12, os custos dos produtos e serviços prestados, despesas administrativas, comerciais e de construção tiveram um acréscimo de 6,5% (R\$ 113,0 milhões). A participação dos custos e despesas na receita líquida passou de 74,3% no 2T11 para 74,8% no 2T12.

	<i>R\$ milhões</i>							
	2T11	2T12	Var. (R\$)	%	1S11	1S12	Var. (R\$)	%
Salários e encargos	412,1	443,6	31,5	7,6	968,6	849,9	(118,7)	(12,3)
Materiais gerais	34,6	43,2	8,6	24,9	71,7	83,7	12,0	16,7
Materiais de tratamento	36,0	51,4	15,4	42,8	81,6	96,0	14,4	17,6
Serviços	232,6	252,6	20,0	8,6	464,1	517,5	53,4	11,5
Energia elétrica	151,3	147,6	(3,7)	(2,4)	292,6	298,0	5,4	1,8
Despesas gerais	157,0	123,7	(33,3)	(21,2)	284,4	291,5	7,1	2,5
Despesas fiscais	10,2	11,1	0,9	8,8	37,6	46,1	8,5	22,6
Sub-total	1.033,8	1.073,2	39,4	3,8	2.200,6	2.182,7	(17,9)	(0,8)
Depreciação e amortização	176,2	177,0	0,8	0,5	404,3	363,5	(40,8)	(10,1)
Baixa de crédito	43,0	36,6	(6,4)	(14,9)	76,1	75,4	(0,7)	(0,9)
Sub-total	219,2	213,6	(5,6)	(2,6)	480,4	438,9	(41,5)	(8,6)
Custos de construção	486,3	565,5	79,2	16,3	925,7	1.104,9	179,2	19,4
Custos, desp. adm e comerciais e construção	1.739,3	1.852,3	113,0	6,5	3.606,7	3.726,5	119,8	3,3
% sobre a receita líquida	74,3	74,8			77,8	73,8		

5.1. Salários e encargos

No 2T12 ocorreu um acréscimo de R\$ 31,5 milhões ou 7,6% nos salários e encargos, passando de R\$ 412,1 milhões no 2T11 para R\$ 443,6 milhões no 2T12, em decorrência dos seguintes fatores:

- Reajuste salarial de 8,00% desde maio de 2011 e 6,17% desde maio de 2012, com impacto na folha de pagamento de aproximadamente R\$ 21,0 milhões; e
- Acréscimo de R\$ 11,4 milhões referente ao passivo atuarial do Plano G0.

5.2. Materiais gerais

No 2T12, houve um acréscimo de R\$ 8,6 milhões ou 24,9%, quando comparado ao mesmo período do ano anterior, passando de R\$ 34,6 milhões para R\$ 43,2 milhões, relacionados a: (i) reincorporação ao almoxarifado de materiais excedentes utilizados na manutenção de redes e ligações de água e esgoto no valor de R\$ 3,6 milhões, no 2T11; e (ii) manutenção preventiva e corretiva nos sistemas de operação de água e esgoto, no valor de R\$ 2,2 milhões. Desconsiderando a reincorporação de matérias ao almoxarifado o percentual de variação cairia de 24,9% para 13,1%.

5.3. Materiais de tratamento

Os gastos no 2T12 foram superiores aos do 2T11 em R\$ 15,4 milhões ou 42,8%, passando de R\$ 36,0 milhões para R\$ 51,4 milhões. Essa variação está relacionada aos seguintes fatores:

- Aumento de R\$ 7,4 milhões pelo maior consumo de carvão ativado, devido às condições dos mananciais e climáticas, bem como da proliferação de algas em represas que atendem ao sistema produtor Guarapiranga e Cantareira;
- Acréscimo de R\$ 3,3 milhões, em decorrência do maior consumo de cal virgem utilizado no tratamento do lodo e reajuste de preço em torno de 23,8%;
- Aumento de R\$ 2,9 milhões decorrente do maior consumo de peróxido de hidrogênio nas estações elevatórias de esgoto da Baixada Santista em função da proliferação de algas, início de operação da Estação Elevatória Guarujá, e reajuste de preço em torno de 12,0%; e
- Acréscimo de R\$ 1,6 milhão decorrente do maior consumo do cloreto férrico em substituição ao sulfato férrico, em função das condições climáticas.

5.4. Serviços

No 2T12 este item apresentou acréscimo de R\$ 20,0 milhões ou 8,6%, passando de R\$ 232,6 milhões no 2T11 para R\$ 252,6 milhões no 2T12. Os principais fatores que contribuíram para essa variação foram:

- Acréscimo de R\$ 11,9 milhões, referente às ações socioambientais estabelecidas no convênio com a Prefeitura Municipal de São Paulo;
- Acréscimo de R\$ 6,4 milhões, referente ao programa de renovação da frota, por meio de locação;
- Contrato da Parceria Pública e Privada do Sistema Produtor Alto Tietê com acréscimo de R\$ 5,7 milhões, devido ao início de operação em setembro de 2011, elevando a capacidade de produção de água de 10m³/s para 15m³/s; e
- Serviços de pavimentação e reposição de calçamentos no valor de R\$ 5,0 milhões, relacionados à intensificação no combate a perdas.

Os acréscimos citados acima foram compensados pela diminuição de R\$ 4,2 milhões, em consequência da menor realização na implantação do Programa de Uso Racional da Água – PURA, nas escolas municipais.

5.5. Energia elétrica

No 2T12, este item apresentou decréscimo de R\$ 3,7 milhões, ou 2,4% passando de R\$ 151,3 milhões no 2T11 para R\$ 147,6 milhões 2T12, associado à concessão de desconto de 15%, a partir de setembro de 2011, nas Tarifas pelo Uso do Sistema de Distribuição – TUSD, nas instalações diretamente relacionadas ao saneamento básico.

5.6. Despesas gerais

No 2T12 houve diminuição de R\$ 33,3 milhões ou 21,2%, passando de R\$ 157,0 milhões no 2T11 para R\$ 123,7 milhões no 2T12, em função das seguintes variações:

- Decréscimo na provisão para contingências judiciais no valor de R\$ 50,2 milhões;
- Acréscimo de R\$ 5,8 milhões na provisão para pagamento ao fundo municipal, conforme previsto no Contrato de Prestação de Serviços com a PMSP; e
- Acréscimo de R\$ 2,1 milhões, devido ao início da cobrança pelo uso da água da bacia hidrográfica da Baixada Santista, a partir de fevereiro de 2012.

5.7. Baixa de créditos

No 2T12 a baixa de crédito apresentou um decréscimo de R\$ 6,4 milhões ou 14,9%, variando de R\$ 43,0 milhões no 2T11 para R\$ 36,6 milhões no 2T12, principalmente pelo menor provisionamento dos débitos de entidades públicas.

6. Outras receitas e despesas operacionais

As outras receitas operacionais (líquidas das despesas) apresentaram um decréscimo de R\$ 29,8 milhões, de R\$ 46,9 milhões no 2T11 para R\$ 17,1 milhões no 2T12, principalmente em função do recebimento correspondente ao período de março de 2007 a junho de 2011 do contrato de Alienação do Direito de Exclusividade dos depósitos dos vencimentos dos empregados da Sabesp, junto a Nossa Caixa e Banco do Brasil, no valor de R\$ 36,3 milhões.

7. Despesas e receitas financeiras

	<i>R\$ milhões</i>			
	2T11	2T12	Var.	%
Despesas financeiras				
Juros e encargos sobre empréstimos e financiamentos internos	75,8	70,0	(5,8)	(7,7)
Juros e encargos sobre empréstimos e financiamentos externos	17,9	25,7	7,8	43,6
Juros sobre processos judiciais	17,9	5,1	(12,8)	(71,5)
Outras despesas financeiras	13,9	9,0	(4,9)	(35,3)
Total das despesas financeiras	125,5	109,8	(15,7)	(12,5)
Receitas financeiras	99,3	61,6	(37,7)	(38,0)
Despesas financeiras, líquidas das receitas	26,2	48,2	22,0	84,0

7.1. Despesas financeiras

No 2T12 ocorreu um decréscimo de R\$ 15,7 milhões, ou 12,5%. Os principais fatores que influenciaram esse resultado foram:

- Menor incidência de juros relacionados a processos judiciais com fornecedores no valor de R\$ 12,8 milhões;
- Redução dos juros sobre empréstimos e financiamentos internos no valor de R\$ 5,8 milhões devido, principalmente, às amortizações da 8ª e 9ª emissões de debêntures, ocorridas em junho e outubro de 2011 respectivamente; e
- Acréscimo de R\$ 7,8 milhões nos juros de financiamentos externos, resultante da variação cambial.

7.2. Receitas financeiras

As receitas financeiras apresentaram um decréscimo de R\$ 37,7 milhões, resultante da redução gradual das taxas de juros de mercado obtidas nas aplicações financeiras e pela menor disponibilidade de caixa.

8. Variações monetárias passivas e ativas

	<i>R\$ milhões</i>			
	2T11	2T12	Var.	%
Variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	15,1	8,9	(6,2)	(41,1)
Variações cambiais sobre empréstimos e financiamentos	(74,3)	281,7	356,0	(479,1)
Outras variações monetárias/cambiais	7,7	2,1	(5,6)	(72,7)
Variações monetárias passivas	(51,5)	292,7	344,2	(668,3)
Variações monetárias ativas	20,3	9,5	(10,8)	(53,2)
Variações monetárias/cambiais líquidas	(71,8)	283,2	355,0	(494,4)

8.1. Variações monetárias passivas

O efeito nas variações monetárias passivas no 2T12 foi de R\$ 344,2 milhões superiores aos valores do 2T11, com destaque para variação cambial sobre empréstimos e financiamentos externos, no valor de R\$ 356,0 milhões decorrente da valorização de 10,9% do dólar norte americano e 14,6% do iene no 2T12 ante uma desvalorização de 4,2% do dólar norte americano e 1,12% do iene no 2T11.

Variação monetária sobre empréstimos e financiamentos internos com decréscimo de R\$ 6,2 milhões, principalmente pela diminuição de R\$ 3,1 milhões decorrente das amortizações da 8ª e 9ª emissões de debêntures ocorridas em junho e outubro de 2011; e diminuição de R\$ 3,1 milhões pela menor variação da TR no 2T12 de 0,07%, em comparação ao 2T11 de 0,31%.

8.2. Variações monetárias ativas

As variações monetárias ativas apresentaram um decréscimo de R\$ 10,8 milhões, principalmente, em virtude de:

- Atualização monetária de depósitos judiciais no valor de R\$ 4,8 milhões ocorridos no 2T11; e
- Valores recebidos pela Alienação do Direto de Exclusividade dos depósitos dos vencimentos dos empregados da Sabesp, no valor de R\$ 7,6 milhões, ocorrido no 2T11, não recorrente no 2T12.

9. Indicadores operacionais

Quanto ao índice de perdas de água, no primeiro semestre de 2012 a Sabesp investiu R\$ 122 milhões comparativamente a R\$ 132 milhões no mesmo período de 2011. Esses montantes tem sido suficientes para manter o índice de perdas no patamar de 26%. Com o início das contratações financiadas pela JICA, previsto para ocorrer em meados de 2013, haverá um aporte significativo de recursos o que permitirá obter uma redução mais acentuada desse indicador.

Indicadores operacionais*	2T11	2T12	%
Ligações de água ⁽¹⁾	7.386	7.576	2,6
Ligações de esgoto ⁽¹⁾	5.814	6.017	3,5
População atendida diretamente em água ⁽²⁾	23,8	24,1	1,3
População atendida em esgoto ⁽²⁾	20,2	20,7	2,5
Número de empregados	15.397	14.496	(5,9)
Volume produzido de água ⁽³⁾	1.500	1.531	2,1
Perdas de água (%)	26,0%	25,9%	(0,4)

(1) Em milhares de unidades no final do período

(2) Em milhões de habitantes, no final do período. Não inclui o fornecimento por atacado

(3) Em milhões de m³ acumulado no final do período

* Não auditado

Notas Explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (“SABESP” ou “Companhia”) é uma empresa de economia mista, com sede em São Paulo, que tem como acionista controlador o Governo do Estado de São Paulo. Atua na prestação de serviços de saneamento básico e ambiental no Estado de São Paulo, e também fornece água tratada no atacado.

Além de atuar na prestação de serviços de saneamento básico no Estado de São Paulo, a SABESP pode exercer estas atividades em outros estados e países, podendo atuar nos mercados de drenagem, serviços de limpeza urbana, manejo de resíduos sólidos e energia. A nova visão da SABESP estabelece como objetivo ser reconhecida como a empresa que universalizou os serviços de saneamento em sua área de atuação, com foco no cliente, de forma sustentável e competitiva, com excelência em soluções ambientais.

Em 30 de junho de 2012, a Companhia operava os serviços de água e esgotos em 363 municípios do Estado de São Paulo, tendo cessado temporariamente a operação dos municípios de Araçoiaba da Serra, Iperó, Cajobi, Álvares Florense e Macatuba, devido a ordens judiciais, cujos processos encontram-se em andamento. Na maioria desses municípios as operações decorrem de contratos de concessão firmados por 30 anos. Encontram-se vencidas, em 30 de junho de 2012, 94 concessões, sendo que todas estão em fase de negociação com os municípios. Entre 2012 e 2033 vencerão 38 concessões. O restante das concessões opera em base de continuidade. Estas concessões com prazo indeterminado e aquelas em renegociação, com prazo expirado, são amortizadas pela vida útil dos ativos das concessões. Até 30 de junho de 2012, foram assinados no total 231 contratos (em 31 de dezembro de 2011 – 225 contratos).

A Administração prevê que todas as concessões vencidas e ainda não renovadas resultarão em novos contratos ou prorrogações, descartando o risco de descontinuidade na prestação dos serviços de água e esgoto nessas localidades municipais. Em 30 de junho de 2012, o valor contábil do intangível utilizado nos 94 municípios em negociação totaliza R\$ 6.134 milhões, que representam 29,4% do total, e a receita bruta desses municípios totaliza R\$ 1.202 milhões, que representa 22,35% do total.

As operações da Companhia estão concentradas no município de São Paulo, que representa 55,64% da receita bruta em junho de 2012 (dezembro/2011 – 55,11%).

Em 23 de junho de 2010 o Estado de São Paulo, por intermédio do seu Governador, o Município de São Paulo, representado por seu Prefeito, com a interveniência e anuência da SABESP e da Agência Reguladora de Saneamento e Energia – ARSESP celebraram o Convênio com a finalidade de compartilhar a responsabilidade pelo oferecimento do serviço de abastecimento de água e esgoto sanitário na capital, nos próximos 30 anos, prorrogáveis por igual período. Além disso, atribui à SABESP exclusividade na prestação dos serviços e define a ARSESP como responsável pelas funções de regulação, inclusive tarifária, controle e fiscalização dos serviços.

Também em 23 de junho de 2010, foi assinado o “Contrato de Prestação de Serviços Públicos de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário”. O Contrato foi celebrado entre o Estado de São Paulo, o Município de São Paulo e a SABESP, pelo período de 30 anos, prorrogáveis por igual período, englobando as seguintes atividades:

- i. a proteção de mananciais, em articulação com os demais órgãos do Estado e do Município;
- ii. captação, adução e tratamento de água bruta;
- iii. coleta, transporte, tratamento e disposição final de esgotos sanitários; e

Notas Explicativas

iv. adoção de outras ações de saneamento básico e ambiental.

No município de Santos, na Baixada Santista, que possui população expressiva, a Companhia opera amparada em escritura pública de autorização, situação similar a de alguns outros municípios das regiões da Baixada Santista e do Vale do Ribeira, nos quais a Companhia passou a operar após a fusão das Companhias que a constituíram.

As renovações das concessões processam-se com base na Lei 11.445, promulgada em 5 de janeiro de 2007, que estabelece a estrutura regulamentar de saneamento básico, prevendo diretrizes nacionais e princípios básicos para a prestação desses serviços, como controle social, transparência, autoridade de integração da infraestrutura de saneamento, gestão de recursos hídricos e articulação entre as políticas da indústria e as políticas públicas de desenvolvimento urbano e regional, de habitação, de supressão da pobreza, de promoção da saúde e proteção ambiental e outras questões relacionadas.

As ações da Companhia estão listadas no segmento “Novo Mercado” da Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA) desde abril de 2002, e na Bolsa de Nova York (NYSE), na forma de ADRs (American Depositary Receipts) desde maio de 2002.

Desde 2008, a SABESP vem atuando em parceria com outras empresas, resultando na formação das seguintes companhias: Sesamm, Águas de Andradina, Saneaqua Mairinque, Aquapolo Ambiental, Águas de Castilho e Attend Ambiental. Embora a participação da SABESP no capital social destas empresas não seja majoritária, os acordos de acionistas preveem o poder de veto e voto de qualidade sobre determinadas matérias em conjunto com as empresas associadas, indicando controle compartilhado na gestão das investidas. Para efeito de classificação contábil, nas demonstrações financeiras, tais empresas são consideradas como “controladas em conjunto”, conforme critérios estabelecidos no CPC 19.

As presentes demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 09 de agosto de 2012.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

(i) Apresentação das Informações Trimestrais

As informações trimestrais de 30 de junho de 2012 foram preparadas tomando-se por base as disposições do CPC 21 – Demonstração Intermediária (individual e consolidada) e da norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB) (consolidado), aplicáveis à preparação das Informações Trimestrais – ITR, e que estão apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM. Assim, portanto, estas Informações Trimestrais consideram o Ofício Circular CVM/SNC/SEP 003 de 28 de abril de 2011, o qual permite que as entidades apresentem notas explicativas selecionadas, nos casos de redundância de informações já divulgadas nas Demonstrações Financeiras Anuais. As informações trimestrais de 30 de junho de 2012, portanto, não incorporam todas as notas e as divulgações exigidas pelas normas para as demonstrações financeiras anuais e, conseqüentemente, devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras em CPCs e IFRS para o ano findo em 31 de dezembro de 2011.

(ii) Informações Financeiras Individuais e Consolidadas

As informações financeiras individuais estão sendo divulgadas junto com as informações financeiras consolidadas e foram preparadas tomando-se por base as disposições do CPC 21 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM e de

Notas Explicativas

forma consistente com o divulgado na nota 2 das Demonstrações Financeiras Anuais de 31 de dezembro de 2011.

As informações financeiras consolidadas incluem as demonstrações da SABESP e de suas investidas: Sesamm – Serviços de Saneamento de Mogi Mirim S/A, Águas de Andradina, Águas de Castilho, Saneaqua Mairinque, Aquapolo Ambiental e Attend Ambiental as quais foram incluídas na proporção de sua participação acionária. As políticas contábeis de suas investidas são uniformes em relação às políticas da Companhia. A Companhia mantém o controle acionário compartilhado, cujo exercício social é coincidente com os das controladas. O processo de consolidação das contas patrimoniais e do resultado soma os saldos das contas do ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a sua natureza, complementado pela eliminação da participação da controladora no capital e resultado acumulado da empresa consolidada.

Embora a participação da SABESP no Capital Social de suas investidas não seja majoritária, o acordo de acionistas prevê o poder de veto e voto de qualidade sobre determinadas matérias de gestão, indicando controle compartilhado participativo. Por isso, as demonstrações financeiras foram proporcionalmente consolidadas.

As empresas consolidadas foram as seguintes:

Sesamm

Em 15 de agosto de 2008, a Companhia, em conjunto com as empresas OHL Medio Ambiente, Inima S.A.U. Unipersonal (“Inima”), Técnicas y Gestion Medioambiental S.A.U. (“TGM”) e Estudos Técnicos e Projetos ETEP Ltda. (“ETEP”), constituíram a empresa Sesamm – Serviços de Saneamento de Mogi Mirim S/A, com prazo de duração de 30 anos contados da data de assinatura do contrato de concessão com o município, cujo o objeto social é a prestação dos serviços de complementação da implantação do sistema de afastamento de esgotos e implantação de operação do sistema de tratamento de esgotos do município de Mogi Mirim, incluindo a disposição dos resíduos sólidos gerados.

Em 30 de junho de 2012, o capital social da Sesamm era de R\$ 19.532, divididos em 19.532.409 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, dos quais a SABESP detém 36% de participação acionária e Inima detém 46% de participação. A Companhia concluiu que ambas as empresas, SABESP e Inima, detém o controle conjunto sobre a Sesamm. Desta forma, a SABESP registra sua participação na Sesamm pelo método de consolidação proporcional, equivalente a 36% sobre os ativos, passivos, receitas e despesas da Sesamm.

As operações foram iniciadas em junho de 2012.

Águas de Andradina

Em 15 de setembro de 2010, a Companhia, em conjunto com a empresa Companhia de Águas do Brasil – Cab Ambiental constituíram a empresa Águas de Andradina S.A., com prazo indeterminado, cujo objeto social é a prestação de serviços de água e de esgoto no Município de Andradina.

Em 30 de junho de 2012, o capital social da empresa era de R\$ 2.908, divididos em 2.908.085 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, dos quais a SABESP detém 30% de participação acionária.

As operações foram iniciadas em outubro de 2010.

Notas Explicativas

Águas de Castilho

Em 29 de outubro de 2010, a Companhia, em conjunto com a Companhia de Águas do Brasil – Cab Ambiental, constituiu a empresa Águas de Castilho cujo objeto social é a prestação de serviços de água e esgoto no município de Castilho. A SABESP detém 30% do capital social de R\$ 622 divididos em 622.160 ações nominativas sem valor nominal.

As operações iniciaram-se em janeiro de 2011.

Saneaqua Mairinque

Em 14 de junho de 2010, a Companhia, em conjunto com a empresa Foz do Brasil S.A., constituíram a empresa Saneaqua Mairinque S.A., com prazo de duração indeterminado, cujo objeto é a exploração do serviço público de água e esgoto do município de Mairinque.

Em 30 de junho de 2012, o capital social da empresa era de R\$ 2.000, divididos em 2.000.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, dos quais a SABESP detém 30% de participação acionária.

As operações foram iniciadas em outubro de 2010.

Aquapolo Ambiental S.A.

Em 8 de outubro de 2009, a Companhia, em conjunto com a empresa Foz do Brasil S.A., constituiu a empresa Aquapolo Ambiental, cujo objeto é a produção, fornecimento e comercialização de água de reuso para a Quattor Química S.A.; Quattor Petroquímica S.A.; Quattor Participações S.A. e demais empresas integrantes do Polo Petroquímico.

Em 30 de junho de 2012, o capital social da empresa era de R\$ 36.412, divididos em 42.419.045 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, dos quais a SABESP detém 49% de participação acionária.

Até junho de 2012 as operações não tinham sido iniciadas.

Attend Ambiental

Em 23 de agosto de 2010, a Companhia, em conjunto com a Companhia Este Ambiental S/A, constituíram a empresa Attend Ambiental S/A cujo objeto social é a implantação e operação de uma estação de pré tratamento de efluentes não domésticos e condicionamento de lodo, na região metropolitana da capital do Estado de São Paulo, bem como o desenvolvimento de outras atividades correlatas e a criação de infraestrutura semelhante em outros locais, no Brasil e Exterior. A SABESP detém 45% do capital social de R\$ 2.000 divididos em 2.000.000 de ações ordinárias nominativas sem valor nominal. Está registrado, no patrimônio líquido, como adiantamento para futuro aumento de capital o valor de R\$ 11.400.000,00.

A Attend encontra-se em fase pré-operacional com previsão de início das operações para dezembro de 2012.

Abaixo segue resumo da participação da SABESP nas demonstrações financeiras dessas investidas:

Notas Explicativas

	30 de junho de 2012					
	SESAMM 36%	ÁGUAS DE ANDRADINA 30%	ÁGUAS DE CASTILHO 30%	SANEAQUA MAIRINQUE 30%	AQUAPOLO AMBIENTAL 49%	ATTEND AMBIENTAL 45%
Ativo Circulante	2.351	426	329	434	4.935	4.297
Ativo não Circulante	17.629	1.829	600	396	186.993	642
Passivo Circulante	805	1.160	441	253	10.350	166
Passivo não Circulante	13.952	424	228	15	169.074	-
Patrimônio Líquido	5.223	671	260	562	12.504	4.773

	31 de dezembro de 2011					
	SESAMM 36%	ÁGUAS DE ANDRADINA 30%	ÁGUAS DE CASTILHO 30%	SANEAQUA MAIRINQUE 30%	AQUAPOLO AMBIENTAL 49%	ATTEND AMBIENTAL 45%
Ativo Circulante	2.658	360	133	561	12.424	5.003
Ativo não Circulante	14.447	1.300	423	164	180.717	223
Passivo Circulante	832	815	256	228	10.262	127
Passivo não Circulante	11.120	84	47	28	167.498	5.130
Patrimônio Líquido	5.153	761	253	469	15.381	(31)

	30 de junho de 2012					
	SESAMM 36%	ÁGUAS DE ANDRADINA 30%	ÁGUAS DE CASTILHO 30%	SANEAQUA MAIRINQUE 30%	AQUAPOLO AMBIENTAL 49%	ATTEND AMBIENTAL 45%
Receita operacional	6.874	5.260	1.243	1.464	-	-
Despesa operacional	(6.802)	(5.476)	(1.183)	(1.383)	(2.877)	(533)
Receitas financeiras líquidas	65	58	13	12	-	208
Lucro (prejuízo) no período	137	(158)	73	93	(2.877)	(325)

	30 de junho de 2011					
	SESAMM 36%	ÁGUAS DE ANDRADINA 30%	ÁGUAS DE CASTILHO 30%	SANEAQUA MAIRINQUE 30%	AQUAPOLO AMBIENTAL 49%	ATTEND AMBIENTAL 45%
Receita operacional	-	1.507	234	1.245	-	-
Despesa operacional	(536)	(1.649)	(360)	(1.334)	(881)	(568)
Receitas financeiras líquidas	31	8	-	23	-	28
Lucro (prejuízo) no período	(505)	(134)	(126)	(66)	(881)	(540)

2.1 Políticas contábeis

As políticas contábeis utilizadas na preparação das informações trimestrais do trimestre findo em 30 de junho de 2012 são consistentes com aquelas utilizadas para preparar as Demonstrações Financeiras Anuais referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011. Nas Demonstrações Financeiras Anuais, essas políticas estão divulgadas na nota 3.

Notas Explicativas

2.2 Normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

Não há novos CPC's/IFRS ou interpretações aplicáveis pela primeira vez neste trimestre que tenha impacto relevante para a Companhia. Para maiores detalhes vide Notas Explicativas 4.1 e 4.2 das Demonstrações Financeiras Anuais de 31 de dezembro de 2011.

3. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

3.1 Fatores de risco financeiro

As operações da Companhia são afetadas pela conjuntura econômica brasileira, notadamente pelas variações cambiais, taxas de inflação e taxas de juros, expondo-a a risco de mercado como, taxa de câmbio, taxa de juros, risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco global da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A Companhia não utilizou instrumentos derivativos, ainda que possa contratar operações de câmbio futuro e financiamento em Reais para reduzir o risco cambial.

(a) Risco de mercado

Risco cambial

A exposição cambial da SABESP implica riscos de mercado associados às oscilações cambiais do real em relação ao dólar norte-americano e ao iene. Os passivos da SABESP em moeda estrangeira incluem empréstimos em dólares norte-americanos e em iene, principalmente.

No caso de desvalorização do real em relação à moeda estrangeira na qual a dívida esteja denominada, a SABESP incorrerá em prejuízo monetário com relação a tal dívida.

Os riscos cambiais específicos da SABESP estão associados às exposições geradas por sua dívida de curto e longo prazos em moeda estrangeira.

A administração da exposição cambial da SABESP considera diversos fatores econômicos atuais e projetados, além das condições de mercado.

Este risco decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio que impactem os saldos de passivo de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira captados no mercado e, conseqüentemente, as despesas financeiras. A Companhia não mantém operações de "hedge" ou "swap", no entanto, faz uma gestão ativa da dívida, aproveitando as janelas de oportunidades, para trocar dívidas caras por dívidas mais baratas, reduzindo o custo por meio de antecipação de vencimentos.

Uma parte significativa da dívida financeira da Companhia está atrelada ao dólar norte-americano e ao iene, no valor total de R\$ 3.189,1 milhões em 30 de junho de 2012 (R\$ 2.437,2 milhões em 30 de junho de 2011). A exposição da Companhia ao risco cambial é a seguinte:

Notas Explicativas

	<u>30 de junho de 2012</u>		<u>30 de junho de 2011</u>	
	<u>Moeda estrangeira</u>	<u>R\$</u>	<u>Moeda estrangeira</u>	<u>R\$</u>
Empréstimos e financiamentos – US\$	1.093.537	2.210.366	1.056.236	1.648.890
Empréstimos e financiamentos – Iene	38.479.341	974.682	40.489.000	785.081
Juros e encargos de empréstimos e financiamentos – US\$		12.219		11.812
Juros e encargos de empréstimos e financiamentos – Iene		<u>6.601</u>		<u>4.089</u>
TOTAL		<u><u>3.203.868</u></u>		<u><u>2.449.872</u></u>

O quadro acima demonstra os saldos de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira, ressaltando que o saldo se encontra bruto no que se refere às custas de captação que totalizam o valor de R\$ 14.742 em 30 de junho de 2012 (jun/2011 – R\$ 12.618).

Em 30 de junho de 2012, caso o Real tivesse se valorizado ou desvalorizado em 10% em comparação com o dólar e o iene com todas as outras variáveis mantidas constantes, o efeito no lucro depois dos impostos e no patrimônio líquido para o período teria sido de R\$ 211.455 (jun/2011 - R\$ 161.691) a mais ou menos, principalmente como resultado dos ganhos ou perdas cambiais com a conversão de empréstimos em moeda estrangeira.

	<u>30 de junho de 2012</u>	<u>30 de junho de 2011</u>
Simulação de valorização/ desvalorização do real em 10%		
Empréstimos em moeda estrangeira e juros	3.203.868	2.449.872
Variação do Dólar/ Iene	<u>10%</u>	<u>10%</u>
Valorização ou desvalorização do real	320.387	244.987
Alíquota do imposto de renda/ contribuição social	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda/ contribuição social	<u>108.932</u>	<u>83.296</u>
Valorização ou desvalorização do real líquida de impostos	<u><u>211.455</u></u>	<u><u>161.691</u></u>

Risco de taxa de juros

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos.

A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer “hedge” contra esse risco, porém monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a necessidade de substituição de suas dívidas.

A tabela abaixo mostra os empréstimos e financiamentos da Companhia expressos em reais sujeitos à taxa de juros variável:

	<u>30 de junho de 2012</u>	<u>31 de dezembro de 2011</u>
UPR ⁽ⁱ⁾	2.193.249	2.364.126
CDI ⁽ⁱⁱ⁾	1.339.352	1.882.341
TJLP ^(iv)	865.429	886.138
IPCA ^(v)	695.614	187.697
Arrendamento Mercantil	<u>103.696</u>	<u>49.609</u>
Total de empréstimos e financiamentos em moeda local	<u><u>5.197.340</u></u>	<u><u>5.369.911</u></u>

Notas Explicativas

- (i) UPR - Unidade Padrão de Referência
- (ii) CDI - Certificado de Depósito Interbancário
- (iii) IGP-M - Índice Geral de Preços do Mercado
- (iv) TJLP - Taxa de Juros a Longo Prazo
- (v) IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

Outro risco que a Companhia enfrenta é a não correlação entre os índices de atualização monetária de suas dívidas e das receitas de seus serviços. Os reajustes de tarifa de fornecimento de água e tratamento de esgoto não necessariamente acompanham os aumentos dos índices de correção dos empréstimos e financiamentos, nas taxas de juros que afetam as dívidas da Companhia.

Em 30 de junho de 2012, se as taxas de juros sobre os empréstimos mantidos em reais variassem em torno de 1% a mais ou menos, com todas as outras variáveis mantidas constantes, o efeito no lucro do semestre depois dos impostos teria sido de R\$ 34.302 (jun/2011 – R\$ 36.883) a mais ou a menos, principalmente em decorrência de despesas de juros mais baixas ou mais altas nos empréstimos de taxa variável.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. A Companhia deve, por força da lei, aplicar seu caixa excedente exclusivamente junto ao Banco do Brasil (rating AA+(bra)). Os riscos de crédito são atenuados pela venda a uma base de clientes pulverizada e geograficamente dispersa.

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil dos títulos classificados como equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, contas a receber de clientes, saldos com partes relacionadas e indenizações na data do balanço. Notas 5 a 9.

(c) Risco de liquidez

A liquidez da Companhia depende principalmente do caixa gerado pelas atividades operacionais, empréstimos de instituições financeiras dos governos estaduais e federais, e financiamentos nos mercados internacionais e locais. A gestão do risco de liquidez considera a avaliação dos requisitos de liquidez para assegurar que a Companhia disponha de caixa suficiente para atender suas despesas de capital e operacionais.

O excesso de caixa mantido pela Companhia é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, incluindo as parcelas de principal e juros a serem pagos de acordo com as cláusulas contratuais.

	Abril a dezembro de 2012	2013	2014, 2015 e 2016	2017 em diante	Total
Em 30 de junho de 2012					
Empréstimos e financiamentos	584.347	1.737.213	3.464.127	6.523.879	12.309.566
Empreiteiros e fornecedores	193.370	-	-	-	193.370
Serviços a pagar	375.497	-	-	-	375.497

Notas Explicativas

	2012	2013	2014, 2015 e 2016	2017 em diante	Total
Em 31 de dezembro de 2011					
Empréstimos e financiamentos	2.115.837	1.689.526	3.008.577	5.162.889	11.976.829
Empreiteiros e fornecedores	255.557	-	-	-	255.557
Serviços a pagar	383.116	-	-	-	383.116

Não há garantias fornecidas pela Companhia a serem divulgadas.

(d) Análise de sensibilidade

A seguir é apresentado o quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, elaborados de acordo com a instrução CVM nº 475/2008, a fim de demonstrar os saldos dos principais passivos financeiros, calculados à uma taxa projetada até a data da liquidação final de cada contrato, convertidos a valor de mercado (Cenário I), com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III).

Essa análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre os referidos instrumentos financeiros da Companhia, considerando-se todos os demais indicadores de mercado constantes. Tais valores quando de sua liquidação poderão ser diferentes dos demonstrados acima, devido às estimativas utilizadas no seu processo de elaboração.

Instrumentos Financeiros	Risco	30 de junho de 2012		
		Cenário I R\$	Cenário II – 25% R\$	Cenário III – 50% R\$
Passivo Financeiro				
Empréstimos e Financiamentos				
Banco do Brasil, CEF (i)	Alta da TR	1.735.490	1.998.117	2.327.383
Debêntures (ii)	Alta da TJLP	353.910	390.928	419.619
Debêntures (ii)	Alta do CDI	1.336.776	1.384.117	1.433.293
Debêntures (ii)	Alta do IPCA	593.739	617.657	623.011
Debêntures (ii)	Alta da TR	386.174	422.449	464.700
BID, BIRD e Eurobonus (iii)	Alta do US\$	2.350.015	2.689.910	3.029.805
JICA (iv)	Alta do Iene	1.115.876	1.394.845	1.673.814

- (i) Os contratos com o Banco do Brasil e a CEF foram projetados até o vencimento final, às taxas contratuais (TR projetada + spread) e descontados a valor presente pela TR x DI, ambas as taxas foram obtidas da BM&F. Para os cenários II e III foram consideradas deteriorações de 25% e 50%, respectivamente, nas taxas de desconto;
- (ii) As debêntures foram projetadas até a data de vencimento final (IPCA, DI, TJLP ou TR), descontados a valor presente às taxas de mercado futuro de juros, divulgados pela ANBIMA no mercado secundário, tendo como base a data de 30 de junho de 2012 e os títulos da Companhia negociados no mercado nacional. Para os cenários II e III foram consideradas uma deteriorações de 25% e 50%, respectivamente, nas taxas de desconto. Para as debêntures indexadas ao DI foi realizada a análise de sensibilidade a partir do aumento em 25% e 50% da curva DI de mercado.

Notas Explicativas

- (iii) Os contratos com o BID, BIRD, foram projetados até o vencimento final em moeda de origem, utilizando as taxas de juros contratadas, sendo descontados a valor presente utilizando a taxa futura da Libor, obtida na Bloomberg.

Os Eurobonus foram precificados a valor de mercado pelas cotações divulgadas pela Bloomberg. Todos os valores obtidos foram convertidos em reais à taxa de câmbio de 30 de junho de 2012. Para os cenários II e III foram considerados os aumentos de 25% e 50%, respectivamente, nas taxas de câmbio;

- (iv) Os contratos com o JICA, foram projetados até o vencimento final em moeda de origem, utilizando as taxas de juros contratadas e descontados a valor presente, utilizando à taxa futura da Tibor, obtida na Bloomberg. Os valores obtidos foram convertidos em reais utilizando a taxa de câmbio de 30 de junho de 2012. Para os cenários II e III foram considerados os aumentos de 25% e 50%, respectivamente, nas taxas de câmbio.

- (v) Financiamentos – BNDES são instrumentos considerados pelo valor nominal atualizados até a data de vencimento, que possuem como característica a indexação pela TJLP, que é uma modalidade específica, não sendo comparada a nenhuma outra taxa de mercado. Sendo assim, a Companhia optou por divulgar como valor de mercado o montante contabilizado em 30 de junho de 2012. Sendo assim a Companhia não faz análise de risco para esses contratos.

- (e) Qualidade dos créditos dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou sujeitos à provisão para deterioração pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência das contrapartes. Para a qualidade de crédito de contrapartes que são instituições financeiras, como depósitos e aplicações financeiras, a Companhia considera o menor rating da contraparte divulgada pelas três principais agências internacionais de rating (Moody's, Fitch e S&P), conforme política interna de gerenciamento de riscos de mercado:

	CONTROLADORA	
	30 de junho de 2012	31 de dezembro de 2011
Conta-corrente e depósitos bancários de curto prazo		
AAA(bra)	37.795	38.058
AA+(bra)	1.703.438	2.102.304
Outros (*)	2.214	1.717
	1.743.447	2.142.079

(*) Foram incluídas nesta categoria contas correntes e fundos de investimento em bancos que não possuem avaliação pelas três agências de rating utilizadas pela Companhia.

Apresentamos a seguir um quadro com a avaliação de rating das instituições financeiras contrapartes, com as quais a Companhia realizou transações durante o período:

Notas Explicativas

<u>Contraparte</u>	<u>Fitch</u>	<u>Moody's</u>	<u>Standard Poor's</u>
Banco do Brasil S.A.	AA+(bra)	Aaa.br	brAAA
Banco Santander Brasil S.A.	AAA (bra)	Aaa.br	brAAA
Caixa Econômica Federal	AA+ (bra)	Aaa.br	-
Banco Bradesco S.A.	AAA (bra)	Aaa.br	brAAA
Itaú Unibanco Holding S.A.	AAA (bra)	Aaa.br	AAAbr

3.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia monitora o capital com base nos índices de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial da controladora, com a dívida líquida.

	CONTROLADORA	
	<u>30 de junho de 2012</u>	<u>31 de dezembro de 2011</u>
Total de empréstimos e financiamentos	8.386.466	8.423.332
Menos: caixa e equivalentes de caixa	<u>(1.743.447)</u>	<u>(2.142.079)</u>
Dívida líquida	6.643.019	6.281.253
Total do capital próprio	<u>11.042.477</u>	<u>10.545.896</u>
Capital total	<u>17.685.496</u>	<u>16.827.149</u>
Índice de alavancagem	<u>38%</u>	<u>37%</u>

	CONSOLIDADO	
	<u>30 de junho de 2012</u>	<u>31 de dezembro de 2011</u>
Total de empréstimos e financiamentos	8.569.740	8.596.295
Menos: caixa e equivalentes de caixa	<u>(1.752.485)</u>	<u>(2.149.989)</u>
Dívida líquida	6.817.255	6.446.306
Total do capital próprio	<u>11.042.477</u>	<u>10.545.896</u>
Capital total	<u>17.859.732</u>	<u>16.992.202</u>
Índice de alavancagem	<u>38%</u>	<u>38%</u>

Em 30 de junho de 2012, o índice de alavancagem da Controladora aumentou de 37% para 38%, decorrente de redução no saldo de caixa e equivalentes de caixa, em função principalmente do pagamento de Juros sobre Capital Próprio ocorrido no período. No consolidado não houve variação no índice de alavancagem.

Notas Explicativas

3.3 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (impairment), esteja próxima de seus valores justos.

A mensuração do valor justo foi de acordo com a seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1).
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja direta, como preços ou indiretamente, derivados dos preços (nível 2).
- Inserções para o ativo ou passivo que não se baseiam em dados adotados pelo mercado, ou seja, inserções não observáveis (nível 3).

O único instrumento financeiro avaliado a valor justo mantido pela Companhia é representado por investimentos de curto prazo em certificados de depósitos bancários (CDB), classificados como equivalente de caixa, nos montantes de R\$ 1.614.547 e R\$ 2.027.285 em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011 (controladora) e de R\$ 1.623.273 e R\$ 2.031.122 em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro 2011 (consolidado), respectivamente. Estes investimentos são ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado, mensurados conforme nível 2.

3.4 Instrumentos financeiros

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, e empréstimos e financiamentos como descrito abaixo.

Os valores justos estimados dos instrumentos financeiros são os seguintes:

	CONTROLADORA			
	30 de junho de 2012		31 de dezembro de 2011	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	1.743.447	1.743.447	2.142.079	2.142.079
Caixa restrito	90.847	90.847	99.729	99.729
Contas a receber de clientes, líquido	1.247.094	1.247.094	1.405.728	1.405.728
Saldos com partes relacionadas, líquido	328.447	328.447	355.621	355.621
Depósitos judiciais	50.016	50.016	54.178	54.178
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	8.386.466	8.454.841	8.423.332	8.368.632
Empreiteiros e fornecedores	193.370	193.370	244.658	244.658

Notas Explicativas

	CONSOLIDADO			
	30 de junho de 2012		31 de dezembro de 2011	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	1.752.485	1.752.485	2.149.989	2.149.989
Caixa restrito	90.847	90.847	99.729	99.729
Contas a receber de clientes, líquido	1.247.951	1.247.951	1.406.372	1.406.372
Saldos com partes relacionadas, líquido	328.447	328.447	355.621	355.621
Depósitos judiciais	50.016	50.016	54.178	54.178
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	8.569.740	8.592.067	8.596.295	8.500.515
Empreiteiros e fornecedores	195.275	195.275	255.557	255.557

Para a obtenção dos valores justos dos empréstimos e financiamentos, foram adotados os seguintes critérios:

- (i) Os contratos com o Banco do Brasil e a CEF foram projetados até o vencimento final, às taxas contratuais (TR projetada + spread) e descontados a valor presente pela TR x DI, ambas a taxas foram obtidas da BM&F.
- (ii) As debêntures foram projetadas até a data de vencimento final (IPCA, DI, TJLP ou TR), descontados a valor presente às taxas de mercado futuro de juros, divulgados pela ANBIMA no mercado secundário, tendo como base a data de 30 de junho de 2012 e os títulos da Companhia negociados no mercado nacional.
- (iii) Financiamentos – BNDES são instrumentos considerados pelo valor nominal atualizados até a data de vencimento, que possuem como característica a indexação pela TJLP, que é uma modalidade específica, não sendo comparada a nenhuma outra taxa de mercado. Sendo assim, a Companhia optou por divulgar como valor de mercado o montante contabilizado em 30 de junho de 2012.
- (iv) Os outros financiamentos em moeda nacional são considerados pelo valor nominal atualizados até a data de vencimento, descontados a valor presente às taxas de mercado futuro de juros. As taxas futuras utilizadas foram obtidas no site da BM&F Bovespa.
- (v) Os contratos com o BID, BIRD, foram projetados até o vencimento final em moeda de origem, utilizando as taxas de juros contratadas, sendo descontados a valor presente utilizando a taxa futura da Libor, obtida na Bloomberg. Os contratos de Eurobonus foram precificados a valor de mercado pela cotação de mercado divulgada pela Bloomberg. Todos os valores obtidos foram convertidos em reais à taxa de câmbio de 30 de junho de 2012.
- (vi) Os contratos com o JICA foram projetados até o vencimento final em moeda de origem, utilizando as taxas de juros contratadas e descontados a valor presente, utilizando à taxa futura da Tibor, obtida na Bloomberg. Os valores obtidos foram convertidos em reais utilizando a taxa de câmbio de 30 de junho de 2012.
- (vii) Arrendamento mercantil são instrumentos considerados pelo valor nominal atualizados até a data de vencimento, que possuem como característica a indexação

Notas Explicativas

por uma taxa pré-fixada em contrato, que é uma modalidade específica, não sendo comparada a nenhuma outra taxa de mercado. Sendo assim, a Companhia divulga como valor de mercado o montante contabilizado em 30 de junho de 2012.

4. PRINCIPAIS JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados com base na experiência histórica e outros fatores, incluindo as expectativas dos eventos futuros que se acredita serem razoáveis de acordo com as circunstâncias. Não houve alteração em relação ao apresentado nas Demonstrações Financeiras Anuais em 31 de dezembro de 2011, conforme nota 5.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30 de junho de 2012	31 de dezembro de 2011	30 de junho de 2012	31 de dezembro de 2011
Caixa e bancos	128.900	114.794	129.212	118.867
Equivalentes de caixa	<u>1.614.547</u>	<u>2.027.285</u>	<u>1.623.273</u>	<u>2.031.122</u>
	<u>1.743.447</u>	<u>2.142.079</u>	<u>1.752.485</u>	<u>2.149.989</u>

A variação ocorrida no período janeiro a junho de 2012 é decorrente do fluxo de caixa operacional das atividades da Companhia.

Em junho a remuneração média das aplicações financeiras equivale a 100,2% do CDI.

6. CAIXA RESTRITO

Em 30 de junho de 2012, a Companhia registrava caixa restrito, no ativo circulante, no valor de R\$ 90.847, sendo o montante de R\$ 8.280 referente a caução BNDES, o montante de R\$ 465 bloqueados por ação judicial e o montante de R\$ 82.102 referente a arrecadação proveniente da prestação de serviços a entidades ligadas à Prefeitura do Município de São Paulo, líquidos de impostos. Esses recursos devem ser reinvestidos no sistema de água e esgoto da cidade de São Paulo.

A variação ocorrida no período de janeiro a junho de 2012 quando comparada com as Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2011, refere-se, principalmente, a diminuição no saldo da conta da Prefeitura Municipal de São Paulo.

7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

(a) Saldos patrimoniais

Notas Explicativas

	CONTROLADORA	
	30 de junho de 2012	31 de dezembro de 2011
Particulares:		
Clientes de rol comum e rol especial (i) (ii)	851.318	885.203
Acordos (iii)	253.892	249.929
	<u>1.105.210</u>	<u>1.135.132</u>
Entidades governamentais:		
Municipais	597.421	578.463
Federais	3.049	2.517
Acordos (iii)	179.730	182.381
	<u>780.200</u>	<u>763.361</u>
Por atacado – Prefeituras Municipais: (iv)		
Guarulhos	552.843	513.218
Mauá	261.872	244.204
Mogi das Cruzes	15.183	14.864
Santo André	583.015	547.764
São Caetano do Sul	3.851	1.955
Diadema	173.817	164.337
	<u>1.590.581</u>	<u>1.486.342</u>
Fornecimento a faturar	354.566	457.321
Subtotal	3.830.557	3.842.156
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.583.463)	(2.436.428)
Total	<u>1.247.094</u>	<u>1.405.728</u>
Circulante	931.471	1.072.015
Não circulante (v)	315.623	333.713

No período de janeiro a junho de 2012, não houve alterações relevantes em relação às operações apresentadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011.

O saldo consolidado totaliza o montante de R\$ 1.247.951 (dezembro/2011 – R\$ 1.406.372), sendo a diferença de R\$ 857 (dezembro/2011 – R\$ 644), em relação ao saldo da controladora, referente ao contas a receber das investidas, Águas de Andradina R\$ 370, Saneaqua Mairinque R\$ 170, Águas de Castilho R\$ 166 e Sesamm R\$ 151.

(i) Rol comum – residenciais, pequenas e médias empresas.

(ii) Rol especial – grandes consumidores, comércio, indústrias, condomínios e consumidores com características especiais de faturamento (esgotos industriais, poços, etc.).

(iii) Acordos – parcelamentos de débitos vencidos, acrescidos de atualização monetária e juros.

Notas Explicativas

(iv) Por atacado - prefeituras municipais - O saldo de contas a receber de clientes por atacado refere-se à venda de água tratada aos municípios, que são responsáveis pela distribuição, faturamento e arrecadação junto aos consumidores finais. Alguns desses municípios contestam judicialmente as tarifas cobradas pela SABESP e não pagam os valores em litígio. Os valores vencidos que estão substancialmente incluídos na provisão para créditos de liquidação duvidosa estão classificados no ativo não circulante.

	<u>30 de junho de 2012</u>	<u>31 de dezembro de 2011</u>
Saldo no início do período	1.486.342	1.343.445
Faturamento por serviços prestados	194.722	340.068
Recebimentos – serviços do exercício corrente	(53.312)	(167.024)
Recebimentos – serviços dos exercícios anteriores	(37.171)	(30.147)
Saldo no final do período	<u>1.590.581</u>	<u>1.486.342</u>
Circulante	55.118	26.485
Não circulante	1.535.463	1.459.857

(v) A parcela do não circulante consiste de contas a receber vencidas e renegociadas junto a clientes e valores vencidos de fornecimento por atacado a prefeituras municipais, e está registrada líquida da provisão para créditos de liquidação duvidosa.

(b) Sumário de contas a receber de clientes por vencimento

	<u>30 de junho de 2012</u>	<u>31 de dezembro de 2011</u>
Valores a vencer	983.866	1.129.337
Vencidos:		
Até 30 dias	181.784	184.958
Entre 31 e 60 dias	83.405	79.720
Entre 61 e 90 dias	54.301	50.020
Entre 91 e 120 dias	44.732	39.686
Entre 121 e 180 dias	81.112	70.037
Entre 181 e 360 dias	129.726	137.039
Acima de 360 dias	2.271.632	2.151.359
Total vencidos	<u>2.846.692</u>	<u>2.712.819</u>
Total	<u>3.830.557</u>	<u>3.842.156</u>

(c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

	<u>2º tri/12</u>	<u>2º tri/11</u>
Saldo anterior	2.518.659	2.284.896
De particular/entidades públicas	15.299	25.149
De fornecimento por atacado	49.505	51.638
Adições no período	<u>64.804</u>	<u>76.787</u>
Saldo	<u>2.583.463</u>	<u>2.361.683</u>

Notas Explicativas

	<u>2º tri/12</u>	<u>2º tri/11</u>
Circulante	1.191.827	1.142.407
Não circulante	1.391.636	1.219.276

A Companhia contabilizou prováveis perdas de créditos no contas a receber apurados no segundo trimestre de 2012, no montante de R\$ 36.625 (em 30 de junho de 2011 – R\$ 42.971) a rubrica “Despesa com vendas” e R\$ 49.505 (em 30 de junho de 2011 – R\$ 53.390) deduzido diretamente de receitas referentes a permissionárias.

8. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia participa de transações com seu acionista controlador, o Governo do Estado, e empresas/entidades a ele relacionadas.

(a) Contas a receber, juros sobre o capital próprio e receita e despesas com o Governo do Estado de São Paulo

	<u>30 de junho de 2012</u>	<u>31 de dezembro de 2011</u>
Contas a receber		
Circulante:		
Serviços de água e esgoto (i)	121.798	116.441
Acordo GESP (iii), (iv) e (v)	21.798	41.360
Provisão para perdas (v)	(12.389)	(12.389)
Reembolso de complementação de aposentadoria e pensão –acordo Gesp (ii) e (vi)	31.887	31.887
Reembolso de complementação de aposentadoria e pensão pagos – fluxo mensal (ii) e (vi)	<u>11.008</u>	<u>8.034</u>
Total do circulante	<u>174.102</u>	<u>185.333</u>
Não circulante:		
Reembolso de complementação de aposentadoria e pensão pagos – Acordo GESP (ii) e (vi)	<u>154.345</u>	<u>170.288</u>
Total do não circulante	<u>154.345</u>	<u>170.288</u>
Total de recebíveis do acionista	<u>328.447</u>	<u>355.621</u>
Prestação de serviços de água e esgoto	131.207	145.412
Reembolso de complementação de aposentadoria e pensão	<u>197.240</u>	<u>210.209</u>
Total	328.447	355.621
Juros sobre o capital próprio a pagar a partes relacionadas	-	153.368

Notas Explicativas

	<u>2º tri/12</u>	<u>2º tri/11</u>
Receita bruta de vendas e serviços prestados		
Venda de água	57.714	48.551
Serviços de esgoto	50.610	43.153
Recebimentos de partes relacionadas	(118.639)	(96.455)
Receitas financeiras	45.077	61.346

No período de janeiro a junho de 2012, não houve alterações relevantes em relação às operações apresentadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011.

(i) Serviços de água e esgoto

A Companhia presta serviços de fornecimento de água e coleta de esgotos para o Governo do Estado e demais Companhias a ele relacionadas, em termos e condições considerados pela Administração como normais de mercado, exceto quanto à forma de liquidação dos créditos, que poderá ser realizada nas condições mencionadas nos itens (iii), (iv) e (v).

(ii) Reembolso de complementação de aposentadoria e pensão pagos

Refere-se a valores de benefícios de complementação de aposentadoria e pensão previstos na Lei Estadual Paulista nº 4.819/58 (“Benefícios”) pagos pela Companhia a ex-empregados ou pensionistas.

Nos termos do Acordo referido em (iii), o GESP reconhece ser responsável pelos encargos decorrentes dos Benefícios, desde que obedecidos os critérios de pagamento estabelecidos pelo Departamento de Despesa de Pessoal do Estado – DDPE, fundados na orientação jurídica fixada pela Consultoria Jurídica da Secretaria da Fazenda e da Procuradoria Geral do Estado – PGE.

Conforme explicitado no item (vi), ao longo da validação pelo Gesp dos valores devidos à Companhia por conta dos Benefícios, surgiram divergências quanto aos critérios de cálculo e de elegibilidade dos Benefícios aplicados pela Companhia.

Em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011, 2.489 e 2.492 aposentados, respectivamente, receberam complementos de aposentadoria, sendo que nos trimestres findos em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011, a Companhia pagou R\$ 30.456 e R\$ 39.061, respectivamente. Havia 11 empregados ativos em 30 de junho de 2012 que farão jus a esses benefícios por ocasião de sua aposentadoria, em comparação aos 14 em 31 de dezembro de 2011.

Em janeiro de 2004, os pagamentos de complementação de aposentadoria e pensão, foram transferidos para a Secretaria da Fazenda, e seriam feitos de acordo com os critérios de cálculos definidos pela PGE. Por força de decisão judicial, a responsabilidade pelos pagamentos retornou à SABESP, na forma original.

(iii) Acordo GESP

Em 11 de dezembro de 2001, a Companhia, o GESP (por intermédio da Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, atualmente Secretaria da Fazenda) e o Departamento de Águas e Energia Elétrica – DAEE, com a intermediação da Secretaria de Recursos Hídricos, Saneamento e Obras, atualmente Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos, celebraram o Termo de Reconhecimento e Consolidação de Obrigações, Compromisso de Pagamento e Outras Avenças (“Acordo GESP”), com o intuito de equacionar as pendências existentes entre o GESP e a Companhia relacionadas aos serviços de água e esgoto quanto aos Benefícios.

Notas Explicativas

Tendo em vista a importância estratégica dos reservatórios de Taiapuêba, Jundiá, Biritiba, Paraitinga e Ponte Nova (“Reservatórios”), para a garantia da manutenção do volume de água do Alto Tietê, a Companhia acordou recebê-los como parte do reembolso referente aos Benefícios. Os Reservatórios lhe seriam transferidos pelo DAEE, que, por sua vez, se sub-rogaria em crédito de mesmo valor perante o GESP. No entanto, o Ministério Público do Estado de São Paulo questionou a validade jurídica desse acordo, cujo argumento principal é a ausência de autorização legislativa específica para a alienação de patrimônio do DAEE. Os advogados da Companhia avaliam o risco de perda desse processo como provável, caso não se obtenha a aludida autorização legislativa, o que impediria a transferência dos respectivos reservatórios como amortização parcial do saldo a receber.

(iv) Primeiro Aditamento ao Acordo GESP

Em 22 de março de 2004, a Companhia e o Governo do Estado aditaram os termos do Acordo GESP original, (1) consolidando e reconhecendo valores devidos pelo Governo do Estado por serviços prestados de fornecimento de água e coleta de esgoto, corrigidos monetariamente, até fevereiro de 2004; (2) formalmente autorizando a compensação de valores devidos pelo Governo do Estado com juros sobre o capital próprio declarados pela Companhia e qualquer outro débito existente junto ao Governo do Estado em 31 de dezembro de 2003, corrigido monetariamente até fevereiro de 2004; e (3) definindo as condições de pagamento das obrigações remanescentes do Governo do Estado pelo recebimento da prestação de serviços de abastecimento de água e coleta de esgoto.

(v) Segundo Aditamento ao Acordo GESP

Em 28 de dezembro de 2007, a Companhia e o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Fazenda assinaram o segundo aditamento aos termos do acordo GESP original concordando com o parcelamento do saldo remanescente do Primeiro Aditamento, no valor de R\$133.709 em 30 de novembro de 2007, a ser pago em 60 parcelas iguais, mensais e consecutivas, vencendo-se a primeira em 2 de janeiro de 2008. O valor das parcelas é atualizado monetariamente de acordo com a variação do IPCA-IBGE, acrescida de juros simples de 0,5% ao mês.

O Estado e a SABESP concordam em retomar o cumprimento de suas obrigações recíprocas, pontualmente, sob novas premissas: (a) implementação de sistema de gerenciamento eletrônico de contas para facilitar e agilizar o acompanhamento dos processos de pagamento e os procedimentos de gestão orçamentária; (b) estruturação do Programa de Uso Racional da Água – PURA para racionalizar o consumo de água e o valor das contas de água e esgoto de responsabilidade do Estado; (c) estabelecimento, pelo Estado, de critérios na orçamentação de forma a evitar o remanejamento dos valores na rubrica específica de contas de água e esgotos a partir de 2008; (d) possibilidade de registro de órgãos e entidades estaduais em sistema ou cadastro de inadimplência; (e) possibilidade de interrupção do fornecimento de água aos órgãos e entidades estaduais em caso de inadimplemento do pagamento das contas de água e esgotos.

(vi) Terceiro Aditamento ao Acordo GESP

O GESP, a SABESP e o DAEE, celebraram em 17 de novembro de 2008, o Terceiro Aditamento ao Acordo GESP, por meio do qual o GESP confessou dever à SABESP o valor de R\$ 915.251, atualizados monetariamente até setembro de 2008 pelo IPCA-IBGE, correspondente ao Valor Incontroverso, apurado pela FIPECAFI. A SABESP aceitou, provisoriamente, os Reservatórios (ver item (iii) acima) como parte do pagamento do Valor Incontroverso e ofereceu ao GESP quitação provisória, constituindo um crédito financeiro de R\$ 696.283, correspondente ao valor dos Reservatórios no sistema Alto Tietê. A Companhia não reconheceu o valor a receber de R\$ 696.283 referente aos Reservatórios, tendo em vista a incerteza relacionada à transferência dos mesmos pelo Governo do Estado. A quitação definitiva apenas ocorrerá com a

Notas Explicativas

efetiva transferência de propriedade no competente cartório de registro de imóveis. O saldo devedor restante de R\$218.967 está sendo pago em 114 parcelas mensais e consecutivas, no valor de R\$1.920 cada, atualizadas anualmente pelo IPCA/FIPE acrescidas de juros de 0,5% a.m., vencendo-se a primeira em 25 de novembro de 2008.

A SABESP e o Governo do Estado de São Paulo estão trabalhando em conjunto para obter autorização legislativa a fim de viabilizar a transferência dos Reservatórios à SABESP, superando assim a incerteza jurídica causada pela ação Civil Pública que contesta a ausência de legislação específica para a transferência de propriedade dos reservatórios.

O Terceiro Aditamento prevê também a regularização do fluxo mensal de benefícios. Enquanto a SABESP estiver responsável pelos pagamentos mensais, o Estado deverá reembolsar a Companhia com base nos critérios idênticos aos aplicados na apuração do Valor Incontroverso. Não havendo mais decisão judicial impeditiva, o Estado assumirá diretamente o fluxo de pagamento mensal da parcela tida por incontroversa.

(vii) Valor Controverso dos Benefícios

Como antes mencionado, em 17 de novembro de 2008 a Companhia e o Estado assinaram o Terceiro Aditivo ao Acordo GESP, ocasião em que foram quantificados os valores denominados controversos e incontroversos. Nesse aditivo, ficaram estabelecidos esforços para equacionar o que foi denominado Valor Controverso dos Benefícios. De acordo com a cláusula quarta desse instrumento, o Valor Controverso é representado pela diferença entre o Valor Incontroverso e o valor efetivamente pago pela Companhia a título de Benefícios de complementação de aposentadoria e pensões previstos na Lei 4.819/58, de responsabilidade originária do Estado, mas pagos pela SABESP por força de decisão judicial.

Ao celebrar o Terceiro Aditamento, ficou prevista uma reapreciação por parte da PGE das divergências que deram causa ao valor controverso dos benefícios previstos na Lei 4.819/58. Essa expectativa estava à época baseada na disposição da PGE reapreciar a questão e também no entendimento do direito da Companhia ao ressarcimento, baseado inclusive em pareceres técnicos jurídicos externos.

Contudo, os novos pareceres emitidos pela PGE e recebidos em 4 e 22 de setembro de 2009 e em 4 de janeiro de 2010, negaram o reembolso da parcela anteriormente definida como valor controverso.

Embora as negociações com o Estado ainda sejam mantidas, não é mais possível assegurar que a Companhia recuperará, de forma inteiramente amigável, os créditos relativos ao Valor Controverso.

Dando continuidade às ações visando recuperar o crédito que a Administração entende como devido pelo Governo do Estado, relativo às divergências acerca do reembolso dos benefícios de complementação de aposentadoria e pensões pagas pela Companhia, a SABESP: (i) endereçou, em 24 de março de 2010, mensagem ao Acionista Controlador, encaminhando ofício deliberado pela Diretoria Colegiada, propondo ação arbitral de comum acordo, a ser encaminhada à Câmara Arbitral da Bovespa; (ii) em junho de 2010 encaminhou à Secretaria da Fazenda, proposta de acordo visando o equacionamento das referidas pendências. Esta proposta não obteve sucesso; (iii) em 9 de novembro de 2010, protocolou ação judicial contra o Estado de São Paulo, para pleitear o ressarcimento integral dos valores pagos a título de benefícios previstos na Lei Estadual nº 4819/58, o que permitirá equacionar, em definitivo, o aludido valor controverso em discussão entre a Companhia e o GESP. A despeito da ação judicial, a Companhia insistirá na obtenção de acordo durante o andamento da ação judicial, por entender que um acordo razoável é melhor para a empresa e seus acionistas do que aguardar o fim da demanda judicial.

A administração da Companhia optou por não reconhecer tais valores, em razão da incerteza que envolve o reembolso pelo Estado. Em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011, os valores não registrados no

Notas Explicativas

ativo, referentes à complementação de aposentadoria e pensão pagos totalizavam R\$ 1.317.460 e R\$ 1.290.663, respectivamente, incluindo o valor de R\$ 696.283 referentes à transferência dos reservatórios no sistema Alto Tietê. A Companhia também reconheceu a obrigação atuarial referente à complementação de aposentadoria e pensão mantida com os funcionários e pensionistas do Plano G0. Em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011, os valores correspondentes a essa obrigação atuarial eram de R\$ 1.537.025 e R\$ 1.512.078, respectivamente. Para mais informações sobre as obrigações de complementação de aposentadoria e pensão, ver Nota 16.

(b) Acordos para utilização de Reservatórios

A Companhia utiliza em suas operações os reservatórios de Guarapiranga e Billings, de propriedade de outra companhia controlada pelo Governo do Estado. Caso esses reservatórios não estivessem disponíveis para uso da Companhia, poderia haver necessidade de captar água em localidades mais distantes. A Companhia não paga qualquer taxa pela utilização desses reservatórios, mas é responsável por sua manutenção e seus custos operacionais.

(c) Contratos com Tarifa reduzida para Entidades Públicas Estaduais e Municipais que aderirem ao Programa de Uso Racional de água (PURA).

A Companhia tem contratos assinados com entidades públicas ligadas ao Governo do Estado e aos municípios operados que são beneficiados com uma redução de 25% na tarifa dos serviços de abastecimento de água e coleta de esgotos, quando adimplentes. Os contratos preveem a implantação do programa de uso racional de água, que considera a redução no consumo de água.

(d) Garantias

O Governo do Estado concede garantias para alguns empréstimos e financiamentos da Companhia e não cobra qualquer taxa a elas relacionadas.

(e) Contrato de cessão de pessoal entre entidades ligadas ao GESP

A Companhia possui contratos de cessão de funcionários com entidades ligadas ao Governo do Estado de São Paulo, onde os gastos são integralmente repassados e reembolsados monetariamente. Em 30 de junho de 2012, os gastos com os funcionários cedidos pela SABESP a outras entidades estaduais somaram R\$ 3.369 (junho/2011 - R\$ 2.962).

(f) Serviços contratados de entidades ligadas ao GESP

Em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011, a SABESP possuía em aberto o montante de R\$ 3.967 e R\$ 12.062 a pagar, respectivamente, referente a serviços prestados por entidades ligadas ao Governo do Estado de São Paulo. Dentre eles destacamos os serviços de fornecimento de energia elétrica pela Companhia Energética de São Paulo – CESP, representando 63% do montante em 30 de junho de 2012.

(g) Ativos não operacionais

A Companhia possuía em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011 o valor de R\$ 969 referente a terreno cedido em comodato ao DAEE – Departamento de Águas e Energia Elétrica.

(h) SABESPREV

Notas Explicativas

A Companhia patrocina plano de benefício definido operado e administrado pela Fundação Sabesp de Seguridade Social – (“SABESPREV”). O compromisso atuarial líquido, reconhecido até 30 de junho de 2012 é de R\$ 557.299 (dezembro/2011 – R\$ 538.619).

(i) Remuneração da Administração

Remuneração:

A política de remuneração dos administradores é estabelecida de acordo com diretrizes do Governo do Estado de São Paulo, o CODEC (Conselho de Defesa dos Capitais do Estado), e é baseada no desempenho, competitividade de mercado, ou outros indicadores relacionados ao negócio da Companhia e está sujeita a aprovação dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária.

A remuneração dos executivos está limitada a remuneração do Governador do Estado. A remuneração do Conselho de Administração corresponde a 30% da remuneração dos Diretores, condicionada à participação de no mínimo uma reunião mensal.

O objetivo da política de remuneração é estabelecer um modelo de gestão privada, com o fim de incentivar a manutenção em seus quadros e recrutar profissionais dotados de competência, experiência e motivação, considerando-se o grau de eficiência atualmente exigido pela Companhia.

Além da remuneração mensal, os membros do Conselho de Administração e a Diretoria Colegiada recebem:

Bônus:

Para fins de remuneração dos administradores das companhias em que o Estado é o acionista controlador, como política motivacional, desde que a companhia efetivamente apure lucro trimestral, semestral e anual, e distribua dividendos obrigatórios aos acionistas, mesmo que na forma de juros sobre o capital próprio. Bônus anuais não podem exceder seis vezes a remuneração mensal dos administradores, nem 10% dos juros sobre capital próprio pagos pela companhia, prevalecendo o que for menor.

Gratificação anual:

Equivalente a um honorário mensal, calculada sobre uma base pro rata temporis, no mês de dezembro de cada ano.

A finalidade dessa gratificação é estabelecer uma similaridade com o décimo terceiro salário do regime trabalhista dos empregados da Companhia, uma vez que a relação dos administradores com a Companhia é de natureza estatutária.

Benefícios pago apenas aos Diretores Estatutários – vale refeição, cesta básica, assistência médica, descanso anual remunerado por meio de licença remunerada de 30 dias e pagamento de um prêmio equivalente a um terço dos honorários mensais.

Os gastos relacionados a remuneração dos membros do Conselho de Administração e Diretores foi de R\$ 818 e R\$ 605 para os períodos de 30 de junho de 2012 e 2011, respectivamente, e refere-se a benefícios de curto prazo. Uma quantia adicional de R\$ 263, referente ao programa de bônus, foi registrado no período de janeiro a junho de 2012 (junho/2011 - R\$ 234).

(j) Contrato de mútuo mediante abertura de crédito

Notas Explicativas

A Companhia participa de algumas Sociedades de Propósito Específico (SPE), detem a maioria das ações, porém possui voto qualificado e poder de veto em determinadas matérias. Desta forma, estas SPE's são consideradas, para fins contábeis, como controladas em conjunto, e são consolidadas proporcionalmente conforme CPC 19.

Estas SPE's foram constituídas para a execução de projetos específicos, e após sua conclusão serão extintas.

A Companhia formalizou contrato de mútuo mediante abertura de crédito com as SPE's Águas de Andradina S.A., Águas de Castilho S.A. Aquapolo Ambiental S.A., com objetivo de financiar as operações destas empresas, até a liberação dos empréstimos e financiamentos solicitados junto à rede bancária. Os contratos firmados em 19 de janeiro de 2012 com a Águas de Andradina e Águas de Castilho, e em 30 de março de 2012 com a Aquapolo Ambiental, possuem as seguintes características:

SPE	Limite de crédito	Valor desembolsado	Taxa de Juros	Vencimento
Águas de Andradina	R\$ 1.050 mil	R\$ 1.049 mil	CDI + 1,16 % a.m.	17/07/2012
Águas de Castilho	R\$ 480 mil	R\$ 480 mil	CDI + 1,16% a.m.	17/07/2012
Aquapolo Ambiental	R\$ 24,6 milhões	R\$ 24,6 milhões	CDI + 1,24% a.m.	30/04/2016

O valor desembolsado está contabilizado no Ativo Circulante da Companhia na rubrica "Demais Contas a Receber" apresentando em 30 de junho de 2012, o saldo de R\$ 26.158. Na mesma data, a receita financeira foi impactada em R\$ 693, referente aos juros sobre estes mútuos.

9. INDENIZAÇÕES A RECEBER

Indenizações a receber é um ativo não circulante representando valores a receber do município de Diadema, como indenização pela retirada unilateral da concessão de serviço de água e esgoto da Companhia em 1995. Em 30 de junho de 2012 e dezembro de 2011, esse ativo importava em R\$ 60.295. Em 31 de dezembro de 2010 o saldo de indenizações a receber era de R\$ 146.213, que representavam os municípios de Diadema no valor de R\$ 60.295 e Mauá no valor de R\$ 85.918.

A Companhia investiu na construção de sistemas de água e esgoto nos municípios de Diadema e Mauá para atender aos seus compromissos de serviço de concessão. Pela rescisão unilateral das concessões de Diadema e Mauá, os municípios assumiram a responsabilidade de fornecer serviços de água e esgoto naquelas áreas. Naquele momento, a Companhia reclassificou os saldos do imobilizado relacionados aos ativos utilizados naqueles municípios para o ativo não circulante (indenizações a receber).

O valor residual dos bens do ativo imobilizado relacionados ao município de Diadema, reclassificados em dezembro de 1996 foi de R\$ 75.231, e o saldo de indenizações a receber do município é de R\$ 60.295 em 30 de junho de 2012.

A SABESP deu início a demandas judiciais para cobrar os valores devidos pelos municípios. Com relação a Diadema, foi proposta execução de acordo celebrado com a Prefeitura de Diadema e a Companhia de Saneamento de Diadema – Saned para o pagamento da indenização, tendo sido apresentado embargos à execução pela Prefeitura de Diadema. Em julho de 2008, foi autorizada a realização de penhora de dinheiro em contas e aplicações financeiras da Saned (penhora on line) em até 10% do valor atualizado do débito, tendo sido bloqueados e levantados R\$ 2.919 em 3 de março de 2009. Posteriormente, o Tribunal de Justiça

Notas Explicativas

determinou que a penhora fosse feita mediante depósito semanal pela Saned do valor correspondente a 20% de tudo o que receber em suas contas e aplicações financeiras. A Saned interpôs recursos contra essa decisão, pendendo atualmente de julgamento agravo de instrumento dirigido ao Supremo Tribunal Federal.

Nos embargos à execução opostos pelo Município de Diadema foi proferida sentença, em outubro de 2009, reconhecendo a existência e exigibilidade do débito, e afirmando que a execução contra o Município deve ser feita mediante precatório. A SABESP e a Prefeitura recorreram dessa sentença. A SABESP obteve em setembro de 2011 decisão favorável do Órgão Especial do Tribunal de Justiça, afirmando ser constitucional a lei municipal que possibilitou o bloqueio dos repasses de ICMS feitos pelo Estado ao Município (em vez de pagamento apenas por precatório).

Em 29 de dezembro de 2008, a Saned e o município de Diadema celebraram com o Estado de São Paulo e a SABESP, um Protocolo de Intenção com o objetivo de elaborar estudos e conduzir negociações para instruir decisões de Diadema e da SABESP, visando à prestação exclusiva de serviços de água e esgoto no município de Diadema.

As partes concordam que a busca de uma solução negociada para os conflitos hoje existentes entre as empresas é imprescindível para que o serviço público de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgotos tenha seu adequado desenvolvimento em Diadema.

Em janeiro de 2009 as partes apresentaram petição conjunta requerendo a suspensão das novas penhoras, pelo prazo de três meses, para tentar viabilizar um acordo. A suspensão foi deferida pelo Juízo da Fazenda Pública e sucessivamente renovada, tendo a última renovação ocorrido em março de 2012, em face das tratativas de acordo.

Contra o acordo que lastreia a execução movida contra o Município de Diadema e a Saned pende ação civil pública proposta pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, em que se aguarda desde 2004 o início de perícia de engenharia e contábil. Após o início das tratativas com Diadema, o Ministério Público requereu a extinção da ação civil pública, o que foi rejeitado e será objeto de recurso por parte da SABESP.

Com relação à Mauá, foi proferida decisão em primeira instância determinando que o Município pague o valor de R\$ 153,2 milhões como compensação pelos investimentos efetuados no município pela SABESP e pelos lucros cessantes. Essa sentença foi confirmada pelo Supremo Tribunal Federal, em decisão já transitada em julgado, e a SABESP está adotando as medidas para dar início à execução.

O valor residual dos bens do ativo imobilizado relacionados ao município de Mauá, reclassificados em dezembro de 1999, foi de R\$ 103.763, e o saldo de indenizações a receber do município era de R\$ 85.918 em 31 de dezembro de 2010. As decisões judiciais têm sido favoráveis a Companhia e o recebimento dos valores devidos pelo município, deverão ocorrer na forma de precatórios, os quais serão reconhecidos quando do efetivo recebimento, tendo em vista as incertezas relacionadas a quitação dos montantes envolvidos e o histórico relacionado a priorização dos pagamentos dos precatórios do município de Mauá. Em dezembro de 2011, foi registrada a provisão contábil correspondente ao valor total do crédito detido pela Companhia, sendo que as demandas judiciais continuam em andamento.

Baseada no parecer da assessoria jurídica, a Administração continua a afirmar que a Companhia possui direito legal a receber os valores correspondentes à indenização e continua a monitorar a situação dos processos legais.

Notas Explicativas

10. IMOBILIZADO

	CONTROLADORA					
	30 de junho de 2012			31 de dezembro de 2011		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Terrenos	88.334	-	88.334	109.303	-	109.303
Edificações	55.889	(31.848)	24.041	39.574	(30.142)	9.432
Equipamentos	192.057	(119.505)	72.552	160.833	(100.616)	60.217
Equipamentos de transporte	14.387	(8.283)	6.104	21.023	(19.532)	1.491
Móveis, utensílios	16.296	(10.099)	6.197	27.690	(27.593)	97
Outros	1.913	(1.136)	777	2.758	(1.713)	1.045
	<u>368.876</u>	<u>(170.871)</u>	<u>198.005</u>	<u>361.181</u>	<u>(179.596)</u>	<u>181.585</u>

	CONSOLIDADO					
	30 de junho de 2012			31 de dezembro de 2011		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Terrenos	88.334	-	88.334	109.303	-	109.303
Edificações	55.889	(31.848)	24.041	39.574	(30.142)	9.432
Equipamentos	192.231	(119.525)	72.706	160.915	(100.626)	60.289
Equipamentos de transporte	14.446	(8.307)	6.139	21.071	(19.549)	1.522
Móveis, utensílios	16.428	(10.113)	6.315	27.810	(27.601)	209
Outros	1.914	(1.136)	778	2.758	(1.713)	1.045
Obras em andamento	<u>195.396</u>	<u>-</u>	<u>195.396</u>	<u>174.668</u>	<u>-</u>	<u>174.668</u>
	<u>564.638</u>	<u>(170.929)</u>	<u>393.709</u>	<u>536.099</u>	<u>(179.631)</u>	<u>356.468</u>

A movimentação do imobilizado é a seguinte:

	CONTROLADORA					30 de junho de 2012
	31 de dezembro de 2011	Reclassificação	Adições	Baixas e alienações	Depreciação	
Terrenos	109.303	(20.722)	-	(247)	-	88.334
Edificações	9.432	15.560	-	-	(951)	24.041
Equipamentos	60.217	16.051	5.349	(25)	(9.040)	72.552
Equipamentos de transporte	1.491	1.719	3.324	-	(430)	6.104
Móveis, utensílios	97	5.622	525	(29)	(18)	6.197
Outros	<u>1.045</u>	<u>(162)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(106)</u>	<u>777</u>
	<u>181.585</u>	<u>18.068</u>	<u>9.198</u>	<u>(301)</u>	<u>(10.545)</u>	<u>198.005</u>

Notas Explicativas

	CONSOLIDADO					30 de junho de 2012
	31 de dezembro de 2011	Reclassificação	Adições	Baixas e alienações	Depreciação	
Terrenos	109.303	(20.722)	-	(247)	-	88.334
Edificações	9.432	15.560	-	-	(951)	24.041
Equipamentos	60.289	16.051	5.441	(25)	(9.050)	72.706
Equipamentos de transporte	1.522	1.719	3.335	-	(437)	6.139
Móveis, utensílios	209	5.622	537	(29)	(24)	6.315
Outros	1.045	(162)	1	-	(106)	778
Obras em andamento	174.668	-	20.728	-	-	195.396
	<u>356.468</u>	<u>18.068</u>	<u>30.042</u>	<u>(301)</u>	<u>(10.568)</u>	<u>393.709</u>

(a) Depreciação

As taxas de depreciação são revisadas anualmente. As taxas de depreciação anual são as seguintes: edificações 2%; equipamentos 5%; equipamentos de transportes 10% e móveis e utensílios 6,7%. Os terrenos não são depreciados.

No período findo em 30 de junho de 2012, não houve alterações relevantes em relação as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011, nota 12.

11. INTANGÍVEL

	CONTROLADORA					
	30 de junho de 2012			31 de dezembro de 2011		
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Intangíveis decorrentes de:						
Contratos de concessão valor patrimonial (i)	14.661.969	(2.949.314)	11.712.655	14.388.176	(2.848.783)	11.539.393
Contratos de concessão – valor econômico (ii)	934.017	(253.665)	680.352	762.987	(223.693)	539.294
Contratos de programa (iii)	1.313.186	(63.668)	1.249.518	1.120.104	(49.324)	1.070.780
Contratos de programa – compromissos (iv)	494.497	(46.404)	448.093	473.327	(38.341)	434.986
Contrato de prestação de serviços – São Paulo (v)	7.476.885	(716.279)	6.760.606	7.039.763	(517.288)	6.522.475
Novos negócios (vi)	21.926	(7.463)	14.463	21.400	(4.923)	16.477
Licença de uso de software	52.988	(52.677)	311	52.743	(50.427)	2.316
Total	<u>24.955.468</u>	<u>(4.089.470)</u>	<u>20.865.998</u>	<u>23.858.500</u>	<u>(3.732.779)</u>	<u>20.125.721</u>

Notas Explicativas

	CONSOLIDADO					
	30 de junho de 2012			31 de dezembro de 2011		
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Intangíveis decorrentes de:						
Contratos de concessão valor patrimonial (i)	14.681.412	(2.949.410)	11.732.002	14.404.168	(2.848.829)	11.555.339
Contratos de concessão – valor econômico (ii)	934.017	(253.665)	680.352	762.987	(223.693)	539.294
Contratos de programa (iii)	1.313.187	(63.669)	1.249.518	1.120.104	(49.324)	1.070.780
Contratos de programa – compromissos (iv)	494.497	(46.404)	448.093	473.327	(38.341)	434.986
Contrato de prestação de serviços – São Paulo (v)	7.476.885	(716.279)	6.760.606	7.039.763	(517.288)	6.522.475
Novos negócios (vi)	21.926	(7.463)	14.463	21.400	(4.923)	16.477
Licença de uso de software	53.064	(52.683)	381	52.755	(50.429)	2.326
Total	<u>24.974.988</u>	<u>(4.089.573)</u>	<u>20.885.415</u>	<u>23.874.504</u>	<u>(3.732.827)</u>	<u>20.141.677</u>

A movimentação no intangível é como segue:

	CONTROLADORA					
	31 de dezembro de 2011	Adições	Reclassificação	Baixas e alienações	Amortização	30 de junho de 2012
Intangíveis decorrentes de:						
Contrato de concessão valor patrimonial (i)	11.539.393	458.969	(188.980)	(113)	(96.614)	11.712.655
Contratos de concessão - valor econômico (ii)	539.294	1.578	169.452	-	(29.972)	680.352
Contratos de programa (iii)	1.070.780	194.018	-	(762)	(14.518)	1.249.518
Contratos de programa – compromissos (iv)	434.986	21.170	-	-	(8.063)	448.093
Contrato de prestação de serviços – São Paulo (v)	6.522.475	438.019	-	(880)	(199.008)	6.760.606
Novos negócios (vi)	16.477	525	-	-	(2.539)	14.463
Licença de Software	2.316	245	-	-	(2.250)	311
Total	<u>20.125.721</u>	<u>1.114.524</u>	<u>(19.528)</u>	<u>(1.755)</u>	<u>(352.964)</u>	<u>20.865.998</u>

	CONSOLIDADO					
	31 de dezembro de 2011	Adições	Reclassificação	Baixas e alienações	Amortização	30 de junho de 2012
Intangíveis decorrentes de:						
Contrato de concessão valor patrimonial (i)	11.555.339	462.420	(188.980)	(113)	(96.664)	11.732.002
Contratos de concessão - valor econômico (ii)	539.294	1.578	169.452	-	(29.972)	680.352
Contratos de programa (iii)	1.070.780	194.018	-	(762)	(14.518)	1.249.518
Contratos de programa – compromissos (iv)	434.986	21.170	-	-	(8.063)	448.093
Contrato de prestação de serviços – São Paulo (v)	6.522.475	438.019	-	(880)	(199.008)	6.760.606
Novos negócios (vi)	16.477	526	-	-	(2.540)	14.463
Licença de Software	2.326	309	-	-	(2.254)	381
Total	<u>20.141.677</u>	<u>1.118.040</u>	<u>(19.528)</u>	<u>(1.755)</u>	<u>(353.019)</u>	<u>20.885.415</u>

Segue abaixo o custo e a receita de construção reconhecidos sobre os contratos de concessão/programa no período dos respectivos anos:

Notas Explicativas

	CONSOLIDADO		
	30 de junho de 2011		
	Água	Esgoto	Total
Custo de construção incorrido	440.190	486.129	926.319
Reconhecimento da receita de construção	450.450	498.373	948.823

	CONSOLIDADO		
	30 de junho de 2012		
	Água	Esgoto	Total
Custo de construção incorrido	470.297	642.368	1.112.665
Reconhecimento da receita de construção	479.921	657.347	1.137.268

Não existem ativos e passivos contingentes relativos aos contratos de construção em andamento.

Intangíveis decorrentes de contratos de concessão

A Companhia opera contratos de concessão incluindo a prestação de serviços de saneamento básico e ambiental, fornecimento de água e coleta de esgoto. Esses contratos de concessão estabelecem direitos e deveres relativos aos bens relacionados à prestação de serviço público (ver Nota 3.8(a) de 31 de dezembro de 2011). Os contratos preveem que os bens serão revertidos ao poder concedente ao fim do período de concessão.

Em 30 de junho de 2012, a Companhia operava em 363 municípios no Estado de São Paulo. Na maior parte desses municípios o período de concessão é de 30 anos.

A prestação de serviços é remunerada na forma de tarifa, regulamentada pela Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo (ARSESP).

Os intangíveis decorrentes de contratos de concessão incluem:

- (i) Contratos de concessão – valor patrimonial

Os contratos de concessão preveem que os bens serão revertidos ao poder concedente ao final do período, pelo valor residual ou valor de mercado, de acordo com os termos de cada contrato. A amortização é calculada de acordo com método linear, que considera a vida útil dos bens.

- (ii) Contratos de concessão – valor econômico

No período de 1999 a 2006, as negociações relacionadas à novas concessões foram realizadas considerando o resultado econômico-financeiro do negócio, definido em laudo de avaliação emitido por peritos independentes.

Notas Explicativas

O montante definido no respectivo instrumento de contratação, após a concretização do negócio junto ao município, com realização mediante subscrição de ações da Companhia ou em dinheiro, está registrado nessa rubrica e é amortizado pelo período da respectiva concessão (normalmente de 30 anos). Em 30 de junho de 2012 não existiam valores pendentes relativos a esses pagamentos aos municípios.

Amortização dos bens intangíveis é realizada durante a vigência dos contratos ou pela vida útil dos bens adjacentes (dos dois o menor) de concessão pelo método linear.

(iii) Contratos de programa

Refere-se a renovação dos contratos antigamente denominados contratos de concessão cujo objetivo é o fornecimento de água, esgoto e serviço sanitário público. Os ativos adquiridos ou construídos são amortizados durante o período do contrato (30 anos) ou durante a vida útil dos ativos adjacentes, dos dois o menor.

(iv) Contratos de programa - Compromissos

A partir do marco regulatório de 2007 as renovações passaram a ser feitas por meio de contratos de programa. Em alguns desses contratos de programa, a Companhia assumiu o compromisso de participar financeiramente em ações Sócio-ambientais. Os bens construídos e compromissos financeiros assumidos dentro dos contratos de programa são registrados como ativo intangível e são amortizados pelo método linear de acordo com a vigência do contrato de programa (em sua maioria 30 anos) ou pela vida útil dos bens, dos dois o menor.

Em 30 de junho de 2012, as despesas de amortização relacionadas aos compromissos dos contratos de programa foram de R\$ 8.063 (junho/2011 – R\$ 6.227).

Os valores ainda não desembolsados estão registrados na conta “Compromissos Contratos de Programa” no passivo circulante (no montante de R\$ 43.592 e R\$ 62.287 em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011, respectivamente) e não circulante (no montante de R\$ 135.842 e R\$ 130.978 em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011, respectivamente).

(v) Contratos de prestação de serviços – São Paulo

Em 14 de novembro de 2007, a Companhia e o Município de São Paulo (as Partes) assinaram um Convênio que visa estabelecer condições para garantir a estabilidade na prestação de serviços públicos de saneamento básico e ambiental no Município de São Paulo, cujos principais pontos são:

(a) as Partes assumiram o compromisso de estabelecer ações de saneamento básico e ambiental, complementares às ações do Município de São Paulo, investindo na implantação e continuidade de programas, tais como: Programa Córrego Limpo e Programa de Uso Racional da Água – PURA, cujo objetivo é garantir a redução do consumo de água nas unidades públicas, assegurando o abastecimento de água e a qualidade de vida da população;

(b) a partir de 14 de novembro de 2007, data de celebração do Convênio, a totalidade dos valores pagos pelo Município de São Paulo à SABESP, referentes aos órgãos da Administração direta, autarquias e fundações, descontados os tributos incidentes, será destinada à realização de ações em saneamento básico e ambiental no Município; e

(c) O Município assume o compromisso de retomar o pagamento das contas e faturas de consumo corrente emitidas pela SABESP, a partir de 14 de novembro de 2007, data da assinatura deste Convênio.

Notas Explicativas

O Convênio permanece vigente, mas a arrecadação citada no item (b) deixou de ser direcionada à conta específica para a destinação às ações de saneamento básico e ambiental no Município. O saldo remanescente em 30 de junho de 2012, referente aos valores arrecadados e ainda não destinados, era de R\$ 82.102 (dezembro/2011 - R\$ 90.984).

Em 23 de junho de 2010 a Companhia celebrou um Contrato com o Estado e o Município de São Paulo de prestação de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário no Município de São Paulo por um período de 30 anos, prorrogável por mais 30 anos.

Em 23 de junho de 2010, foi assinado Contrato pelo Estado, pelo Município e pela Companhia, assim como do Convênio entre o Estado e Município, com interveniência e anuência da SABESP e Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo (“ARSESP”), cujos principais aspectos são os seguintes:

1. O Estado e o Município atribuem à SABESP o direito de explorar a prestação dos serviços de saneamento da Capital do Estado de São Paulo, o que envolve a obrigação de prover os serviços e o direito de se remunerar por intermédio do recebimento de receitas tarifárias;
2. O Estado e Município definem a ARSESP como responsável pelas funções de regulação, inclusive tarifária, controle e fiscalização dos serviços;
3. O modelo de avaliação utilizado foi o de fluxo de caixa descontado, o qual considerou a sustentabilidade econômico-financeira da operação da SABESP na Região Metropolitana de São Paulo;
4. Foram considerados no fluxo de caixa todos os custos operacionais, tributos, investimentos e a remuneração do custo de oportunidade dos investidores e credores da SABESP;
5. O contrato prevê investimentos equivalentes a 13% da receita bruta obtida pela prestação de serviços no Município de São Paulo, líquida de Cofins e Pasep. Os planos de investimentos, no que tange à execução da Sabesp, deverão ser compatibilizados com as atividades e programas previstos nos planos de saneamento Estadual, Municipal, e se for o caso, Metropolitano. O Plano de Investimentos não é definitivo e será revisado pelo Comitê Gestor a cada quatro anos, em especial quanto aos investimentos a serem executados no período subsequente;
6. O repasse ao Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura para aplicação em ações pertinentes ao saneamento da capital constitui encargo a ser recuperado na tarifa, conforme disposição contratual. Este valor corresponde a 7,5% (sete e meio por cento) da receita bruta obtida pela prestação de serviços no Município de São Paulo, líquida de Cofins e Pasep, e inadimplência do período;
7. O custo de oportunidade dos investidores e credores da SABESP foi estabelecido pela metodologia CMPC (custo médio ponderado de capital). Este custo foi utilizado como taxa de desconto do fluxo de caixa; e
8. O Contrato prevê a remuneração dos ativos líquidos em operação, apurados preferencialmente por meio de avaliação patrimonial, ou pelo valor contábil atualizado monetariamente, conforme vier a ser definido pela ARSESP. Além disso, prevê, também, a remuneração dos investimentos a serem executados pela SABESP, de forma que não haja valor residual ao final do Contrato.

A contratualização com o Município de São Paulo, que representa aproximadamente 55,6% da receita total da Companhia, garante segurança jurídica e patrimonial à SABESP, retorno adequado aos acionistas e prestação de serviços de qualidade aos seus clientes.

Notas Explicativas

A Prefeitura Municipal de São Paulo e a Companhia não concluíram um acordo para o equacionamento das pendências financeiras existentes até a data da assinatura do Contrato, relacionadas à prestação dos serviços de fornecimento de água e coleta de esgotos aos imóveis da Municipalidade, motivo pelo qual, a Companhia ajuizou as referidas contas, que estão provisionadas para perdas.

(vi) Novos negócios

Foi assinado em agosto de 2009 com a CASAL - Companhia de Saneamento de Alagoas, contrato de prestação de serviços técnicos especializados para implantar programa de redução de perdas e evasão de receitas do município de Maceió, no prazo de 60 meses. A prestação de serviços foi iniciada em 2010.

Em 30 de junho de 2012, o valor registrado na rubrica “Novos negócios” era de R\$ 14.463 (dezembro/2011 – R\$ 16.477) onde o valor registrado para CASAL em 30 de junho de 2012 é de R\$ 13.124 (dezembro/2011 – R\$ 15.665).

(a) Baixas dos bens adjacentes do ativo intangível

A Companhia baixou em 30 de junho de 2012, bens adjacentes dos ativos intangíveis no valor de R\$ 1.755 (junho/2011 – R\$ 3.196) motivados por obsolescência, furtos, alienação e obras desativadas, poços improdutivos e projetos economicamente inviáveis.

(b) Capitalização de juros e demais encargos financeiros

Em 30 de junho de 2012, a Companhia capitalizou juros e variação monetária, inclusive variação cambial nos ativos intangíveis de concessão no valor de R\$ 171.103 (junho/2011 – R\$ 132.505), durante o período no qual os ativos eram apresentados como obras em andamento.

(c) Margem de construção

A Companhia atua como responsável primária pela construção e instalação da infraestrutura relacionada à concessão, quer seja com seus próprios esforços ou por meio de contratação de terceiros, estando exposta, significativamente, aos seus riscos e benefícios.

Dessa forma, a Companhia reconhece receita de construção, correspondente aos custos de construção adicionados de uma margem bruta. Em geral as construções relacionadas com as concessões são realizadas por terceiros contratados pela Companhia. Nesse caso a margem implícita da Companhia é menor, em geral, para cobrir os custos de administração, bem como, a assunção do risco primário. Em 2012 a margem apurada foi de 2,3% (2,3% em 2011).

O valor da margem de construção (consolidado) para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2012 e 30 de junho de 2011 foi de R\$ 24.603 e R\$ 22.504, respectivamente.

(d) Desapropriações

Em decorrência da execução de obras prioritárias relacionadas aos sistemas de água e esgoto, houve necessidade de desapropriações ou instituição de servidão de passagem em propriedades de terceiros, cujos proprietários serão ressarcidos por meios amigáveis ou judiciais.

Os bens objeto dessas desapropriações deverão ser registrados nos ativos intangíveis de concessão quando concretizada a operação. Em 30 de junho de 2012, o total referente às desapropriações foi de R\$ 8.090 (junho/2011 - R\$ 10.578).

Notas Explicativas

(e) Ativos dados em garantia

Em 30 de junho de 2012 a Companhia mantinha ativos no valor de R\$ 249.034 dados em garantia ao Pedido de Parcelamento Especial – Paes (Nota 13) (dezembro/2011 – R\$ 249.034).

(f) Parceria Público-Privada - PPP

A SABESP e a CAB-Sistema Produtor Alto Tietê S/A, sociedade de propósito específico formada pelas empresas Galvão Engenharia S.A. e Companhia Águas do Brasil – CAB Ambiental, assinaram em junho de 2008, os contratos da Parceria Público Privada do Sistema Produtor Alto Tietê.

O contrato de prestação de Serviços tem prazo de 15 anos, com o propósito de ampliação da capacidade da Estação de Tratamento de Água de Taiacupeba, de 10 para 15 mil litros por segundo, cuja operação iniciou em outubro de 2011.

Em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011, o valor contábil registrado no intangível da Companhia, relacionado à PPP, é de R\$ 497.689 e R\$ 474.818, respectivamente.

(g) Impairment

Em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011 não foi registrado provisões de impairment.

(h) Obras em andamento

Encontra-se registrado no intangível o montante de R\$ 5,1 bilhões de obras em andamento em 30 de junho de 2012 (R\$ 5,7 bilhões em 31 de dezembro de 2011).

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Saldo devedor de empréstimos e financiamentos

	CONTROLADORA									
	Jun/12			Dez/11			Garantias	Vencimento Final	Taxa anual de juros	Atualização Monetária
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total				
Instituição financeira:										
PAÍS										
União Federal/Banco do Brasil	364.743	294.574	659.317	348.695	479.548	828.243	Gov.Est.S.Pa ulo e Recursos Próprios	2014	8,50%	UPR
Debêntures 10ª Emissão	14.055	274.126	288.181	2.008	283.293	285.301	Recursos Próprios	2020	TJLP+1,92 % (1ª e 3ª série) e 9,53% (2ª série) CDI + 1,95% (1ª série) e CDI + 1,4% (2ª série)	IPCA
Debêntures 11ª Emissão	472.500	534.570	1.007.070	202500	1.005.748	1.208.248	Recursos Próprios	2015	CDI + 1,4% (2ª série)	
Debêntures 12ª Emissão	-	499.558	499.558	-	499.613	499.613	Recursos Próprios	2025	TR + 9,5%	

Notas Explicativas

CONTROLADORA										
	Jun/12			Dez/11			Garantias	Vencimento Final	Taxa anual de juros	Atualização Monetária
	Não		Total	Não		Total				
	Circulante	circulante		Circulante	circulante					
Debêntures 13ª Emissão	-	-	-	599.411	-	599.411	Recursos Próprios	2012	CDI + 0,65%	
Debêntures 14ª Emissão	-	282.132	282.132	-	279.810	279.810	Recursos Próprios	2022	TJLP+1,92% (1ª e 3ª série) e 9,19% (2ª série)	IPCA
Debêntures 15ª Emissão	-	777.742	777.742	-	-	-	Recursos Próprios	2019	CDI + 0,99% e 6,2%	IPCA
Caixa Econômica Federal	115.482	903.780	1.019.262	110.479	908.452	1.018.931	Recursos Próprios	2011/32	6,8% (ponderado)	UPR
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES	19.607	-	19.607	37.554	3.491	41.045	Recursos Próprios	2013	3% + TJLP LIMITE 6%	
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES Baixada Santista	16.309	106.010	122.319	16.309	114.165	130.474	Recursos Próprios	2019	2,5% + TJLP LIMITE 6%	
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES PAC	6.428	81.360	87.788	6.428	67.489	73.917	Recursos Próprios	2023	2,15% + TJLP LIMITE 6%	
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES ONDA LIMPA	19.084	225.775	244.859	14.270	235.383	249.653	Recursos Próprios	2025	1,92% + TJLP LIMITE 6%	
Arrendamento Mercantil	-	103.696	103.696	-	49.609	49.609				
Outros	964	3.300	4.264	1.155	3.503	4.658	Recursos Próprios	2011/2018/2025	12% / CDI / TJLP+ 6%	UPR
Juros e encargos	<u>81.545</u>	-	<u>81.545</u>	<u>100.998</u>	-	<u>100.998</u>				
Total do País	<u>1.110.717</u>	<u>4.086.623</u>	<u>5.197.340</u>	<u>1.439.807</u>	<u>3.930.104</u>	<u>5.369.911</u>				
MOEDA ESTRANGEIRA										
Inter-American Development Bank – BID US\$ 380.974 mil	77.120	703.959	781.079	71.591	652.141	723.732	Governo Federal	2016/2017/2025/2035	1,12% a 3,00%	Var. Cesta Moedas + US\$
BIRD – US\$ 13.490 mil	-	26.854	26.854	-	18.928	18.928	Governo Federal	2034	0,43%	US\$
Euro Bônus – US\$ 140.000 mil	-	282.492	282.492	-	262.067	262.067		2016	7,5%	US\$
Euro Bônus – US\$ 350.000 mil	-	699.862	699.862	-	649.024	649.024		2020	6,25%	US\$
JICA – Iene 20.167.525 mil	29.190	481.653	510.843	28.015	476.266	504.281	Governo Federal	2029	1,8% e 2,5%	Iene
JICA – Iene 18.132.800 mil	39.369	419.575	458.944	25.189	427.843	453.032	Governo Federal	2029	1,8% e 2,5%	Iene
JICA – Iene 165.229 mil	-	4.364	4.364	-	1.420	1.420	Governo Federal	2029	1,2% e 0,01%	Iene
BID 1983AB – US\$ 226.058 mil	48.395	357.473	405.868	44.911	376.355	421.266		2023	2,4% a 2,9%	US\$
Juros e encargos	<u>18.820</u>	-	<u>18.820</u>	<u>19.671</u>	-	<u>19.671</u>				
Total Exterior	<u>212.894</u>	<u>2.976.232</u>	<u>3.189.126</u>	<u>189.377</u>	<u>2.864.044</u>	<u>3.053.421</u>				
TOTAL DOS EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	<u>1.323.611</u>	<u>7.062.855</u>	<u>8.386.466</u>	<u>1.629.184</u>	<u>6.794.148</u>	<u>8.423.332</u>				

Notas Explicativas

	CONSOLIDADO						Garantias	Vencimento Final	Taxa anual de juros	Atualização Monetária
	Jun/12			Dez/11						
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total				
Instituição financeira:										
PAÍS										
							Gov.Est.S.Pa ulo e Recursos Próprios			
União Federal/Banco do Brasil	364.743	294.574	659.317	348.695	479.548	828.243		2014	8,50%	UPR
Debêntures 10ª Emissão	14.055	274.126	288.181	2.008	283.293	285.301	Recursos Próprios	2020	TJLP+1,92 % (1ª e 3ª série) e 9,53% (2ª série)	IPCA
Debêntures 11ª Emissão	472.500	534.570	1.007.070	202.500	1.005.748	1.208.248	Recursos Próprios	2015	CDI + 1,95% (1ª série) e CDI + 1,4% (2ª série)	
Debêntures 12ª Emissão	-	499.558	499.558	-	499.613	499.613	Recursos Próprios	2025	TR + 9,5%	
Debêntures 13ª Emissão	-	-	-	599.411	-	599.411	Recursos Próprios	2012	CDI + 0,65%	
Debêntures 14ª Emissão	-	282.132	282.132	-	279.810	279.810	Recursos Próprios	2022	TJLP+1,92 % (1ª e 3ª série) e 9,19% (2ª série)	IPCA
Debêntures 15ª Emissão	-	777.742	777.742	-	-	-	Recursos Próprios	2019	CDI + 0,99% e 6,2%	IPCA
Debêntures 1ª Emissão-Aquapolo	-	157.799	157.799	-	160.099	160.099	Recursos Próprios	2029	TR+8,75%	
Caixa Econômica Federal	115.617	916.245	1.031.862	110.646	917.574	1.028.220	Recursos Próprios	2011/32	6,8% (ponderado)	UPR
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES	19.607	-	19.607	37.554	3.491	41.045	Recursos Próprios	2013	3% + TJLP LIMITE 6%	
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES Baixada Santista	16.309	106.010	122.319	16.309	114.165	130.474	Recursos Próprios	2019	2,5% + TJLP LIMITE 6%	
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES PAC	6.428	81.360	87.788	6.428	67.489	73.917	Recursos Próprios	2023	2,15% + TJLP LIMITE 6%	
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES ONDA LIMPA	19.084	225.775	244.859	14.270	235.383	249.653	Recursos Próprios	2025	1,92% + TJLP LIMITE 6%	
Arrendamento Mercantil	-	103.696	103.696	-	49.609	49.609				
Outros	1.977	3.300	5.277	1.784	3.503	5.287	Recursos Próprios	2011/2018/2025	12% / CDI / TJLP+ 6%	UPR
Juros e encargos	<u>82.132</u>	<u>11.275</u>	<u>93.407</u>	<u>101.028</u>	<u>2.916</u>	<u>103.944</u>				
Total do País	<u>1.112.452</u>	<u>4.268.162</u>	<u>5.380.614</u>	<u>1.440.633</u>	<u>4.102.241</u>	<u>5.542.874</u>				
MOEDA ESTRANGEIRA										
Inter-American Development Bank – BID US\$ 380.974 mil	77.120	703.959	781.079	71.591	652.141	723.732	Governo Federal	2016/2017/2025/2035	1,12% a 3,00%	Var. Cesta Moedas + US\$
BIRD – US\$ 13.490 mil	-	26.854	26.854	-	18.928	18.928	Governo Federal	2034	0,43%	US\$
Euro Bônus – US\$ 140.000 mil	-	282.492	282.492	-	262.067	262.067		2016	7,5%	US\$
Euro Bônus – US\$ 350.000 mil	-	699.862	699.862	-	649.024	649.024		2020	6,25%	US\$

Notas Explicativas

	CONSOLIDADO						Garantias	Vencimento Final	Taxa anual de juros	Atualização Monetária
	Jun/12			Dez/11						
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total				
JICA – Iene 20.167.525 mil	29.190	481.653	510.843	28.015	476.266	504.281	Governo Federal	2029	1,8% e 2,5%	Iene
JICA – Iene 18.132.800 mil	39.369	419.575	458.944	25.189	427.843	453.032	Governo Federal	2029	1,8% e 2,5%	Iene
JICA – Iene 165.229 mil	-	4.364	4.364	-	1.420	1.420	Governo Federal	2029	1,2% e 0,01%	Iene
BID 1983AB – US\$ 226.058 mil	48.395	357.473	405.868	44.911	376.355	421.266		2023	2,4% a 2,9%	US\$
Juros e encargos	18.820	-	18.820	19.671	-	19.671				
Total Exterior	212.894	2.976.232	3.189.126	189.377	2.864.044	3.053.421				
TOTAL DOS EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	1.325.346	7.244.394	8.569.740	1.630.010	6.966.285	8.596.295				

Cotação de 30 de junho de 2012 – US\$ 2,0213; Iene 0,025330 (dez/11 - US\$ 1,8758; Iene 0,024310)

Em 30 de junho de 2012 a Companhia não possuía saldos de empréstimos e financiamentos captados no curto prazo.

A Companhia apresentou as seguintes movimentações em empréstimos e financiamentos para o período findo em 30 de junho de 2012. Os demais empréstimos e financiamentos estão apresentados na nota 13 das Demonstrações Financeiras Anuais.

(i) 15ª emissão de Debêntures

Em 15 de fevereiro de 2012, a Companhia emitiu a 15ª Emissão de Debêntures Simples, Não conversíveis em Ações, da Espécie Quirografia, em Duas Séries, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, nos termos da Instrução CVM 476, cujas características são as seguintes:

Data Emissão: 15 de fevereiro de 2012.

Valor Total: R\$ 771.080, quantidade 77.108, em duas séries, valor unitário R\$ 10.

	Número	Atualização	Juros	Pagamento de juros	Amortização	Vencimento
1ª Série	287.330	-	DI+ 0,99% a.a.	Semestral (fevereiro e agosto)	Anual (a partir de fevereiro de 2015)	Fevereiro de 2017
2ª Série	483.750	IPCA	6,20%	Anual (fevereiro)	Anual (a partir de fevereiro de 2018)	Fevereiro de 2019

Resgate Antecipado: a partir 24º mês

Resgate Antecipado: não haverá

Os recursos provenientes da captação por meio da 15ª Emissão das Debêntures serão destinados à liquidação de compromissos financeiros vencidos até 31 de dezembro de 2012.

(ii) Resgate da 13ª emissão de Debêntures

Em 17 de fevereiro de 2012 a Companhia efetuou o resgate total da 13ª Emissão de Debêntures no montante de R\$ 633.343.

Notas Explicativas

(iii) Cronograma de liquidação de empréstimos e financiamentos

O volume total de dívida a ser pago até o final de 2012 da controladora é de R\$ 430.254, sendo o montante indexado ao dólar norte americano no valor de R\$ 85.098 e o montante de R\$ 345.156 refere-se a valores a vencer de juros e principal de empréstimos em reais.

CONTROLADORA								
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018 em diante	TOTAL
PAÍS								
Banco do Brasil	178.509	380.529	100.279	-	-	-	-	659.317
Caixa Econômica Federal	57.384	114.489	75.877	54.024	53.262	55.687	608.539	1.019.262
Debêntures	2.008	507.623	348.967	477.308	211.700	213.743	1.093.334	2.854.683
BNDES	16.526	3.081	-	-	-	-	-	19.607
BNDES BX SANTISTA	8.155	16.309	16.309	16.309	16.309	16.309	32.619	122.319
BNDES PAC	3.990	7.981	7.981	7.981	7.981	7.981	43.893	87.788
BNDES ONDA LIMPA	9.615	19.230	19.230	19.230	19.230	19.230	139.094	244.859
Arrendamento Mercantil	-	-	-	-	-	-	103.696	103.696
Outros	670	671	497	560	631	711	524	4.264
Juros e Encargos	68.299	13.246	-	-	-	-	-	81.545
Em moeda nacional	345.156	1.063.159	569.140	575.412	309.113	313.661	2.021.699	5.197.340
EXTERIOR								
BID	38.560	77.120	77.120	77.120	77.120	81.999	352.040	781.079
BIRD	-	-	-	-	-	-	26.854	26.854
Euro Bônus	-	-	-	-	282.492	-	699.862	982.354
JICA	27.718	55.437	55.437	55.437	55.437	55.786	668.899	974.151
BID 1983AB	-	48.395	48.395	48.395	48.395	48.395	163.893	405.868
Juros e Encargos	18.820	-	-	-	-	-	-	18.820
Em moeda estrangeira	85.098	180.952	180.952	180.952	463.444	186.180	1.911.548	3.189.126
Total Geral	430.254	1.244.111	750.092	756.364	772.557	499.841	3.933.247	8.386.466

CONSOLIDADO								
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018 em diante	TOTAL
PAÍS								
Banco do Brasil	178.509	380.529	100.279	-	-	-	-	659.317
Caixa Econômica Federal	57.519	115.506	76.872	54.995	54.207	55.687	617.076	1.031.862
Debêntures	2.008	508.470	359.132	487.473	221.865	223.908	1.209.626	3.012.482
BNDES	16.526	3.081	-	-	-	-	-	19.607
BNDES BX SANTISTA	8.155	16.309	16.309	16.309	16.309	16.309	32.619	122.319
BNDES PAC	3.990	7.981	7.981	7.981	7.981	7.981	43.893	87.788
BNDES ONDA LIMPA	9.615	19.230	19.230	19.230	19.230	19.230	139.094	244.859
Arrendamento Mercantil	-	-	-	-	-	-	103.696	103.696
Outros	1.685	671	497	560	631	711	522	5.277

Notas Explicativas

CONSOLIDADO								
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018 em diante	TOTAL
Juros e Encargos	68.595	24.812	-	-	-	-	-	93.407
Em moeda nacional	346.602	1.076.589	580.300	586.548	320223	323.826	2.146.526	5.380.614
EXTERIOR								
BID	38.560	77.120	77.120	77.120	77.120	81.999	352.040	781.079
BIRD	-	-	-	-	-	-	26.854	26.854
Euro Bônus	-	-	-	-	282.492	-	699.862	982.354
JICA	27.718	55.437	55.437	55.437	55.437	55.786	668.899	974.151
BID 1983AB	-	48.395	48.395	48.395	48.395	48.395	163.893	405.868
Juros e Encargos	18.820	-	-	-	-	-	-	18.820
Em moeda estrangeira	85.098	180.952	180.952	180.952	463.444	186.180	1.911.548	3.189.126
Total Geral	431.700	1.257.541	761.252	767.500	783.667	510.006	4.058.074	8.569.740

(v) Compromissos Financeiros – “Covenants”

Alguns contratos de empréstimos e financiamentos possuem cláusulas relativas ao atendimento de alguns índices financeiros que são calculados trimestralmente.

Debêntures 11ª e 12ª Emissão:

- Liquidez corrente ajustada (ativo circulante dividido pelo passivo circulante, excluída do passivo circulante a parcela registrada no circulante das dívidas do não circulante contraídas pela Companhia) maior que 1,0; e
- Ebitda/Despesas Financeiras igual ou superior a 1,5.

O não cumprimento das cláusulas de “covenants” levará ao vencimento antecipado do contrato. A falta de cumprimento dessas obrigações somente ficará caracterizada quando verificada nas suas informações financeiras trimestrais, por no mínimo dois trimestres consecutivos, ou ainda por dois trimestres não consecutivos dentro de um período de doze meses.

Na falta de observância dos “covenants” deverá o agente fiduciário convocar no prazo de 48 horas da data que tomar conhecimento do ocorrido, uma assembléia geral de debenturistas para deliberar sobre a declaração do vencimento antecipado das debêntures.

Debêntures 10ª e 14ª Emissão:

- EBITDA/ROL: igual ou superior a 38%;
- EBITDA/Despesas Financeiras: igual ou superior a 2,35; e
- Dívida Bancária Líquida/Ebitda: menor ou igual a 3,65.

Caixa Econômica Federal - Programa Pró-Saneamento:

Notas Explicativas

Por meio do Acordo de Melhoria de Desempenho, são estabelecidas metas para indicadores financeiros (perdas de faturamento, evasão de receitas, disponibilidade de caixa e redução dos dias de comprometimento do contas a receber) e operacionais que, com base nos dois últimos anos, são projetados anualmente para os cinco anos seguintes.

O não cumprimento de 5 das 8 cláusulas de “covenants” levará ao vencimento antecipado do contrato.

Debêntures 15ª Emissão:

- a) Dívida Total Ajustada em relação ao Ebitda menor ou igual a 3,65; e
- b) Ebitda/Despesas Financeiras igual ou superior a 1,5.

BNDES:

- a) Liquidez corrente ajustada: maior que 1,0;
- b) Ebitda / Receita Operacional Líquida: igual ou superior a 38%;
- c) Ligações totais (água e esgoto) /funcionários próprios: igual ou superior a 520;
- d) Ebitda /Serviço da dívida: igual ou superior a 1,5; e
- e) PL /Exigível Total: igual ou superior a 0,8.

O não cumprimento das cláusulas de “covenants” levará ao vencimento antecipado do contrato.

Eurobônus:

Limitar a contratação de novas dívidas de modo que:

- a) a dívida total ajustada em relação ao Ebitda não seja superior a 3,65; e
- b) o índice de cobertura do serviço da dívida da Companhia, determinado na data de incursão dessa dívida, não seja inferior a 2,35.

O não cumprimento das cláusulas de “covenants” levará ao vencimento antecipado do contrato.

Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID):

Contratos 713, 896, 1.212 e 2.202- As tarifas devem:

- a) Produzir uma receita suficiente para cobrir os gastos de exploração do sistema, inclusive os relacionados com Administração, operação, manutenção e depreciação;
- b) Proporcionar uma rentabilidade sobre o ativo imobilizado superior a 7%; e
- c) Durante a execução do projeto os saldos dos empréstimos contratados a curto prazo não deverão ser superiores a 8,5% do seu patrimônio líquido.

O não cumprimento das cláusulas de “covenants” levará ao vencimento antecipado do contrato.

Notas Explicativas

Em 30 de junho de 2012, a Companhia cumpriu os requisitos vigentes em seus contratos de empréstimos e financiamentos.

A Companhia obteve junto ao BNDES, em caráter excepcional, a suspensão por 13 meses, a partir de dezembro de 2011, da exigência de cumprimento das obrigações especiais estabelecidas nos contratos.

13. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

a) Ativo circulante

A rubrica tributos a recuperar do ativo circulante é composta pelos valores de saldo negativo do imposto de renda e da contribuição social e dos valores relativos ao imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras. O saldo consolidado em 30 de junho de 2012 era de R\$ 86.355 (R\$ 118.116 em 31 de dezembro de 2011), a redução de R\$ 31.761 no saldo, ocorreu em decorrência da compensação dos valores relativos ao saldo negativo do imposto de renda e da contribuição social do exercício de 2011 com valores a pagar dos mesmos tributos do exercício de 2012. Tal queda foi compensada em parte, pela apuração do IRRF incidentes sobre as receitas dos juros das aplicações financeiras, reconhecidos contabilmente no trimestre.

b) Passivo

	CONTROLADORA			
	Circulante		Não circulante	
	30 de junho de 2012	31 de dezembro de 2011	30 de junho de 2012	31 de dezembro de 2011
Cofins e Pasep	43.377	57.052	-	-
Paes	37.392	36.716	-	18.363
INSS	26.692	25.630	-	-
IRRF	1.516	44.168	-	-
Outros	12.152	17.228	-	-
Total	121.129	180.794	-	18.363

	CONSOLIDADO			
	Circulante		Não circulante	
	30 de junho de 2012	31 de dezembro de 2011	30 de junho de 2012	31 de dezembro de 2011
Cofins e Pasep	43.393	57.073	-	-
Paes	37.392	36.716	-	18.363
INSS	26.696	25.645	-	-
IRRF	1.520	44.172	-	-
Outros	12.247	17.516	-	-
Total	121.248	181.122	-	18.363

Notas Explicativas

A redução no passivo circulante consolidado de R\$ 59.874, ocorreu principalmente em decorrência do recolhimento do IRRF dos juros sobre capital próprio em janeiro de 2012 e do decréscimo dos valores de Cofins e Pasep a pagar devido principalmente pela queda da receita tributável em junho de 2012.

A redução de R\$ 18.363 no passivo não circulante consolidado, ocorreu em decorrência do fluxo de pagamentos e adequações dos saldos de curto prazo e longo prazo do Parcelamento Especial (Paes) da controladora, conforme informações abaixo.

A Companhia solicitou o Pedido de Parcelamento Especial (Paes) em 15 de julho de 2003, conforme Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, incluindo nesse pedido os débitos relativos à Cofins e ao Pasep envolvidos em ação judicial contra a aplicação da Lei nº 9.718/98, e consolidou o saldo remanescente do Programa de Recuperação Fiscal (Refis). O valor total incluído no Paes era de R\$ 316.953, como segue:

Imposto	Principal	Multa	Juros	Total
COFINS	132.499	13.250	50.994	196.743
PASEP	5.001	509	2.061	7.571
REFIS	112.639	-	-	112.639
Total	<u>250.139</u>	<u>13.759</u>	<u>53.055</u>	<u>316.953</u>

O débito está sendo pago em 120 meses. Os montantes pagos no 1º semestre de 2012 e de 2011, foram de R\$ 18.550 e R\$ 17.878, respectivamente. Foram registradas despesas financeiras de R\$ 384 no 2º trimestre de 2012 (R\$ 732 no 2º trimestre de 2011) e R\$ 863 no 1º semestre de 2012 (R\$ 1.549 no 1º semestre de 2011). O saldo devedor em 30 de junho de 2012 era de R\$ 37.392. Os ativos dados em garantia no Programa Refis anterior, no montante de R\$ 249.034, continuam a garantir os valores do Programa Paes.

14. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DIFERIDOS

(a) Saldos patrimoniais

Composição analítica de impostos diferidos – controladora

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30 de junho de 2012	31 de dezembro de 2011	30 de junho de 2012	31 de dezembro de 2011
Impostos diferidos ativo (i)				
Provisão para contingências	537.417	575.473	537.417	575.473
Obrigações previdenciárias – G1	186.369	180.018	186.369	180.018
Obrigações previdenciárias – G0	85.271	85.271	85.271	85.271
Doações de ativos relacionados aos contratos de concessão	38.213	38.213	38.213	38.213
Provisão para perdas de crédito	138.659	135.223	138.659	135.223
Outros	80.419	77.175	84.116	78.717
Total do ativo fiscal diferido	<u>1.066.348</u>	<u>1.091.373</u>	<u>1.070.045</u>	<u>1.092.915</u>

Notas Explicativas

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30 de junho de 2012	31 de dezembro de 2011	30 de junho de 2012	31 de dezembro de 2011
Impostos diferidos passivo (ii)				
Diferença temporária sobre concessão de ativo intangível	(668.688)	(692.210)	(668.688)	(692.210)
Capitalização de custos de empréstimos	(120.709)	(101.507)	(120.709)	(101.507)
Lucro sobre o fornecimento a órgãos públicos	(77.567)	(76.773)	(77.567)	(76.773)
Outros	(60.919)	(42.957)	(60.919)	(42.962)
Total do passivo fiscal diferido	(927.883)	(913.447)	(927.883)	(913.452)
Ativo (passivo) fiscal diferido no balanço patrimonial	138.465	177.926	142.162	179.463
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30 de junho de 2012	31 de dezembro de 2011	30 de junho de 2012	31 de dezembro de 2011
Impostos diferidos ativo (i)				
a ser recuperado em até 12 meses	234.980	259.784	234.980	259.784
a ser recuperado depois de um ano	831.368	831.589	835.065	833.131
Total do ativo fiscal diferido	1.066.348	1.091.373	1.070.045	1.092.915
Impostos diferidos passivo (ii)				
a ser recuperado em até 12 meses	(34.490)	(27.282)	(34.490)	(27.282)
a ser recuperado depois de um ano	(893.393)	(886.165)	(893.393)	(886.170)
Total do passivo fiscal diferido	(927.883)	(913.447)	(927.883)	(913.452)
Ativo (passivo) fiscal diferido no balanço patrimonial	138.465	177.926	142.162	179.463

(i) A Administração da Companhia tem expectativa de realização do saldo do ativo fiscal diferido em 2013, na mesma proporção de 2012, e o restante a ser realizado no ano subsequente de 2014.

(ii) O passivo fiscal diferido tem expectativa de realização em 2013, na mesma proporção de 2012, e o restante a ser realizado nos anos subsequentes a partir de 2014.

A diminuição no saldo líquido do ativo fiscal diferido consolidado, no valor de R\$ 37.301, ocorreu, principalmente, em decorrência do cálculo do tributo sobre o menor provisionamento para contingências passivas (nota 15).

(b) Conciliação da alíquota efetiva de imposto

Os valores registrados como despesas de imposto de renda e contribuição social nas demonstrações financeiras estão conciliados com as alíquotas nominais previstas em lei, conforme demonstrado a seguir:

Notas Explicativas

	CONTROLADORA			
	<u>Abr-Jun/12</u>	<u>Jan-Jun/12</u>	<u>Abr-Jun/11</u>	<u>Jan-Jun/11</u>
Lucro antes dos impostos	308.452	1.063.640	692.997	1.071.724
Alíquota nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Despesa esperada à taxa nominal	(104.874)	(361.638)	(235.619)	(364.386)
Diferenças permanentes				
Provisão Lei 4.819/58 (i)	(8.700)	(17.527)	(18)	(67.276)
Juros sobre o capital próprio	97.969	97.969	23.379	23.379
Outras diferenças	<u>(35)</u>	<u>2.280</u>	<u>(1.092)</u>	<u>(1.000)</u>
Imposto de renda e contribuição social	<u>(15.640)</u>	<u>(278.916)</u>	<u>(213.350)</u>	<u>(409.283)</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	24.541	(239.454)	(197.704)	(407.018)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(40.181)	(39.462)	(15.646)	(2.265)
Alíquota efetiva	5%	26%	31%	38%

	CONSOLIDADO			
	<u>Abr-Jun/12</u>	<u>Jan-Jun/12</u>	<u>Abr-Jun/11</u>	<u>Jan-Jun/11</u>
Lucro antes dos impostos	307.894	1.061.370	693.132	1.071.822
Alíquota nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Despesa esperada à taxa nominal	(104.684)	(360.866)	(235.665)	(364.419)
Diferenças permanentes				
Provisão Lei 4.819/58 (i)	(8.700)	(17.527)	(18)	(67.276)
Juros sobre o capital próprio	97.969	97.969	23.379	23.379
Outras diferenças	<u>333</u>	<u>3.778</u>	<u>(1.181)</u>	<u>(1.065)</u>
Imposto de renda e contribuição social	<u>(15.082)</u>	<u>(276.646)</u>	<u>(213.485)</u>	<u>(409.381)</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	23.539	(239.597)	(197.832)	(407.146)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(38.621)	(37.049)	(15.653)	(2.235)
Alíquota efetiva	5%	26%	31%	38%

(i) Diferença permanente relativa a provisão referente à obrigação atuarial (nota 8 (vii)).

Regime Tributário de Transição – RTT

Notas Explicativas

Para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido dos exercícios de 2009 e 2008, a Companhia e suas controladas optaram pelo RTT, que permite à pessoa jurídica eliminar os efeitos contábeis da Lei 11.638/07 e da MP 449/08, convertida na Lei 11.941/09, por meio de registros no livro de apuração do lucro real – LALUR ou de controles auxiliares, sem qualquer modificação da escrituração mercantil.

Em 2011 e 2010, a Companhia também adotou as mesmas práticas tributárias adotadas em 2008 e 2009, uma vez que o RTT passou a ser obrigatório e terá vigência até a entrada em vigor de lei que discipline os efeitos fiscais dos novos métodos contábeis, buscando a neutralidade tributária.

15. PROVISÕES

A Administração, com base em análise conjunta com seus consultores jurídicos, constituiu provisão em montante considerado suficiente para fazer face a prováveis perdas em processos judiciais. No passivo circulante controladora, na rubrica “Provisões”, valores relativos a processos judiciais em fase de execução de sentença apresenta o montante de R\$ 691.117 (31 de dezembro de 2011 – R\$ 764.070), no passivo não circulante controladora, na rubrica “Provisões”, no valor de R\$ 726.657 (31 de dezembro de 2011 – R\$ 807.759). O montante pago de janeiro a junho de 2012 foi de R\$ 111.920.

	CONTROLADORA				30 de junho de 2012
	31 de dezembro de 2011	Adições	Exclusões	Juros, Atualizações Monetárias e Reversões	
Ações com clientes (i)	727.261	32.468	(48.195)	17.943	729.477
Ações com fornecedores (ii)	422.595	34.454	(79.434)	(105.149)	272.466
Outras questões cíveis (iii)	188.546	15.874	(21.648)	740	183.512
Ações tributárias (iv)	76.448	2.725	(2.810)	2.816	79.179
Ações trabalhistas (v)	156.536	35.772	(16.990)	4.804	180.122
Ações ambientais (vi)	<u>121.179</u>	<u>14.912</u>	<u>(4.048)</u>	<u>3.840</u>	<u>135.883</u>
Subtotal	1.692.565	136.205	(173.125)	(75.006)	1.580.639
Depósitos judiciais	<u>(120.736)</u>	<u>(45.052)</u>	<u>6.144</u>	<u>(3.221)</u>	<u>(162.865)</u>
Total	<u>1.571.829</u>	<u>91.153</u>	<u>(166.981)</u>	<u>(78.227)</u>	<u>1.417.774</u>

O saldo consolidado totaliza o montante de R\$ 1.417.779 (dez/2011 – R\$ 1.571.829), sendo a diferença de R\$ 5, em relação ao saldo da controladora, referentes as provisões das controladas Águas de Andradina de R\$ 3 e Águas de Castilho de R\$ 2.

As principais variações ocorridas nas adições do período estão relacionadas a novas provisões, mudança nas expectativas de perda referente aos processos de clientes, fornecedores e trabalhistas. No caso das baixas, devido à revisão de estimativa, pagamentos efetuados no semestre e no caso de fornecedores, referente a acordo finalizando a questão judicial.

(i) Ações com clientes – aproximadamente 1.520 ações foram ajuizadas por clientes comerciais que pleiteiam que suas tarifas deveriam ser iguais às de outras categorias de consumidores, e, conseqüentemente,

Notas Explicativas

a devolução de valores cobrados pela Companhia. A Companhia obteve decisões definitivas, tanto favoráveis como desfavoráveis, nas diversas instâncias judiciais, sendo constituídas provisões quando a expectativa de perda é considerada provável.

(ii) Ações com fornecedores – as reclamações com fornecedores foram ajuizadas por algumas construtoras alegando pagamento a menor de ajustes de atualização monetária, retenção de valores relacionados a expurgos decorrentes do Plano Real e desequilíbrio econômico-financeiro de contrato. Essas ações encontram-se em tramitação nas diversas esferas judiciais, sendo provisionadas quando a expectativa de perda é considerada provável.

(iii) Outras questões cíveis – referem-se principalmente a pedidos de indenização por danos materiais, morais e lucros cessantes causados a terceiros, que se encontram em diversas instâncias judiciais, devidamente provisionados quando classificados como de perda provável.

(iv) Ações tributárias – as provisões para contingências de natureza tributária referem-se, principalmente, a questões ligadas à cobrança de tributos, questionada em virtude da divergência de interpretação da legislação por parte dos assessores legais da Companhia, devidamente provisionados quando classificados como de perda provável.

(v) Ações trabalhistas – a Companhia está envolvida em diversos processos trabalhistas, tais como questões referentes a horas-extras, adicionais de insalubridade e periculosidade, aviso prévio, desvio de função, equiparação salarial e outros pleitos, sendo que grande parte do montante envolvido encontra-se em execução provisória ou definitiva, nas diversas instâncias judiciais, classificado, dessa forma, como de perda provável e, conseqüentemente, devidamente provisionado.

(vi) Ações ambientais – referem-se a vários processos administrativos e judiciais instaurados por órgãos públicos, inclusive pela Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental – Cetesb, pelo Ministério Público do Estado de São Paulo e outros, que objetivam a imposição de multa por danos ambientais alegadamente causados pela Companhia. Os valores provisionados nem sempre representam o montante final a ser desembolsado a título de indenização aos danos alegados, tendo em vista a fase atual em que se encontram os referidos processos e a impossibilidade da Administração estimar os montantes dos futuros desembolsos de forma razoável.

Processos judiciais com probabilidade de perda possível

A Companhia é parte integrante em ações judiciais e processos administrativos referentes a questões ambientais, tributárias, cíveis e trabalhistas, as quais são consideradas pelos seus consultores jurídicos como sendo possíveis de perda e que não estão registradas contabilmente. O montante atribuído a esses processos representa aproximadamente R\$ 2.756.200 em 30 de junho de 2012 (31 de dezembro de 2011 – R\$ 2.621.800).

As demais informações estão apresentadas na nota 16 nas Demonstrações Financeiras Anuais de 31 de dezembro de 2011.

16. BENEFÍCIOS A FUNCIONÁRIOS

(a) Plano assistencial

Notas Explicativas

Administrado pela Fundação Sabesp de Seguridade Social – SABESPREV, é constituído por planos de saúde optativos, de livre escolha, mantidos por contribuições da patrocinadora e dos participantes, que no exercício foram as seguintes:

- . Da Companhia: 8,0% em média da folha bruta de salários;
- . Dos participantes: 2,3%, sobre o salário base e gratificação, que corresponde à média de 1,4% da folha bruta de salários.

(b) Plano previdenciário

Administrado pela Fundação Sabesp de Seguridade Social – SABESPREV, o plano de benefício definido (“Plano G1”) recebe contribuições mensais da Companhia, como patrocinadora e de participantes ativos.

Plano financiado – G1

Obrigações previdenciárias em dezembro de 2011	538.619
Despesas reconhecidas em 2012	<u>18.680</u>
Obrigações previdenciárias em junho de 2012	557.299

Plano não financiado – G0

Obrigações previdenciárias em dezembro de 2011	1.512.078
Despesas reconhecidas em 2012	<u>24.947</u>
Obrigações previdenciárias em junho de 2012	<u>1.537.025</u>
Total	<u>2.094.324</u>

(i) Plano G1

Em 30 de junho de 2012, a Companhia possuía um compromisso atuarial líquido de R\$ 557.299 (dezembro/2011 – R\$ 538.619) que representa a diferença entre o valor presente das obrigações da Companhia relativamente aos participantes empregados, aposentados e pensionistas e o valor justo dos ativos relacionados; e ganhos atuariais não reconhecidos.

Com o objetivo de solucionar o déficit referente ao Plano de Benefício Definido (BD) G1, a partir de julho de 2010, a SABESP e a SABESPREV estruturaram um processo através do qual os participantes puderam optar por mudar do plano de Benefício Definido para um plano de Contribuições Definidas, o SABESPREV Mais.

O período para a migração de plano, de julho a novembro de 2010, foi suspenso através de liminar concedida pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, em 20 de outubro de 2010, até que as alegações das partes envolvidas sejam analisadas.

(ii) Plano G0

A Companhia efetua pagamentos, por força de decisão judicial, de benefícios de complementação de aposentadoria e pensão aos ex-empregados e pensionistas previstas na Lei Estadual nº 4819/58. Esses valores

Notas Explicativas

são registrados como contas de receber de acionistas, limitando-se aos valores reconhecidos como devidos pelo Governo do Estado.

Em 30 de junho de 2012, a Companhia possuía uma obrigação para o Plano G0 de R\$ 1.537.025 (dezembro/2011 – R\$ 1.512.078). No período de janeiro a junho de 2012, foi registrado ainda o valor de R\$ 24.947, referentes a obrigação atuarial da Companhia, para o ano de 2012.

(c) Participação nos resultados

A Companhia registrou com referência ao Programa de Participação nos Resultados, considerando o período de janeiro a dezembro de 2012, o valor correspondente a uma folha de pagamento, mediante o estabelecimento de metas. No segundo trimestre de 2012 foi provisionado o montante de R\$ 15.889 (segundo trimestre de 2011 – R\$ 15.253).

17. RECEITAS

(a) Receita bruta de vendas de produtos e serviços

	CONTROLADORA			
	<u>2º tri/12</u>	<u>1º sem/12</u>	<u>2º tri/11</u>	<u>1º sem/11</u>
Região Metropolitana de São Paulo	1.598.216	3.185.639	1.484.456	2.926.123
Sistemas regionais (i)	<u>450.311</u>	<u>1.052.295</u>	<u>500.949</u>	<u>1.049.112</u>
Total (ii)	<u>2.048.527</u>	<u>4.237.934</u>	<u>1.985.405</u>	<u>3.975.235</u>

	CONSOLIDADO			
	<u>2º tri/12</u>	<u>1º sem/12</u>	<u>2º tri/11</u>	<u>1º sem/11</u>
Região Metropolitana de São Paulo	1.598.215	3.185.638	1.484.456	2.926.123
Sistemas regionais (i)	<u>452.084</u>	<u>1.058.540</u>	<u>502.723</u>	<u>1.051.930</u>
Total (ii)	<u>2.050.299</u>	<u>4.244.178</u>	<u>1.987.179</u>	<u>3.978.053</u>

(i) Compreende os municípios operados no interior e litoral do Estado de São Paulo.

(ii) A receita operacional bruta de vendas de produtos e serviços, apresentou um acréscimo de 6,6% no primeiro semestre de 2012 quando comparado ao primeiro semestre de 2011. O volume faturado do total da Companhia cresceu 2,2% no semestre e o reajuste tarifário foi de 6,83% a partir de setembro de 2011.

(b) Reconciliação da receita bruta para a receita líquida

Notas Explicativas

	CONTROLADORA			
	<u>2º tri/12</u>	<u>1º sem/12</u>	<u>2º tri/11</u>	<u>1º sem/11</u>
Receita bruta de vendas e/ou serviços	2.048.527	4.237.934	1.985.405	3.975.235
Receitas de construção	577.879	1.128.735	498.538	948.711
Impostos sobre vendas	<u>(151.357)</u>	<u>(313.938)</u>	<u>(144.160)</u>	<u>(289.540)</u>
Receita líquida	<u>2.475.049</u>	<u>5.052.731</u>	<u>2.339.783</u>	<u>4.634.406</u>

	CONSOLIDADO			
	<u>2º tri/12</u>	<u>1º sem/12</u>	<u>2º tri/11</u>	<u>1º sem/11</u>
Receita bruta de vendas e/ou serviços	2.050.299	4.244.178	1.987.179	3.978.053
Receitas de construção	579.494	1.137.268	498.635	948.823
Impostos sobre vendas	<u>(151.508)</u>	<u>(314.763)</u>	<u>(144.248)</u>	<u>(289.620)</u>
Receita líquida	<u>2.478.285</u>	<u>5.066.683</u>	<u>2.341.566</u>	<u>4.637.256</u>

18. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

<u>Descrição</u>	CONTROLADORA			
	<u>2º tri/12</u>	<u>1º sem/12</u>	<u>2º tri/11</u>	<u>1º sem/11</u>
Custos das vendas e dos serviços prestados:				
Salários e encargos	312.222	595.303	289.501	551.075
Obrigações previdenciárias (i)	8.806	17.864	11.970	23.446
Custos de construção	565.491	1.104.873	486.314	925.729
Materiais gerais	40.066	77.658	31.512	66.181
Materiais de tratamento	51.431	96.004	35.961	81.566
Serviços de terceiros	173.114	333.926	171.057	302.685
Energia elétrica	147.238	296.970	150.873	291.817
Despesas gerais	97.752	190.209	90.629	174.749
Depreciação e amortização	<u>171.650</u>	<u>351.401</u>	<u>169.897</u>	<u>388.243</u>
	<u>1.567.770</u>	<u>3.064.208</u>	<u>1.437.714</u>	<u>2.805.491</u>
Despesas com vendas:				
Salários e encargos	50.797	97.078	52.338	98.248
Obrigações previdenciárias (i)	1.499	2.895	1.959	3.921
Materiais gerais	2.052	3.922	1.910	3.650
Serviços de terceiros	54.693	116.872	37.730	109.289
Energia elétrica	66	327	163	334
Despesas gerais	20.937	39.476	17.629	37.840
Depreciação e amortização	1.843	3.333	617	4.149
Provisão para créditos de liquidação duvidosa, líquida das recuperações (nota 7(c))	<u>36.625</u>	<u>75.387</u>	<u>42.971</u>	<u>76.107</u>
	<u>168.512</u>	<u>339.290</u>	<u>155.317</u>	<u>333.538</u>

Notas Explicativas

Descrição	CONTROLADORA			
	2º tri/12	1º sem/12	2º tri/11	1º sem/11
Despesas administrativas:				
Salários e encargos	42.368	80.809	39.931	75.262
Obrigações previdenciárias (i)	27.919	55.984	16.449	216.678
Materiais gerais	1.097	2.109	1.151	1.899
Serviços de terceiros	24.738	66.741	23.819	52.077
Energia elétrica	305	659	282	474
Despesas gerais	4.991	61.840	48.720	71.842
Depreciação e amortização	3.522	8.777	5.714	11.932
Despesas fiscais	<u>11.100</u>	<u>46.112</u>	<u>10.153</u>	<u>37.537</u>
	<u>116.040</u>	<u>323.031</u>	<u>146.219</u>	<u>467.701</u>
Custos, despesas com vendas e administrativas:				
Salários e encargos	405.387	773.190	381.770	724.585
Obrigações previdenciárias (i)	38.224	76.743	30.378	244.045
Custos de construção	565.491	1.104.873	486.314	925.729
Materiais gerais	43.215	83.689	34.573	71.730
Materiais de tratamento	51.431	96.004	35.961	81.566
Serviços de terceiros	252.545	517.539	232.606	464.051
Energia elétrica	147.609	297.956	151.318	292.625
Despesas gerais	123.680	291.525	156.978	284.431
Depreciação e amortização	177.015	363.511	176.228	404.324
Despesas fiscais	11.100	46.112	10.153	37.537
Provisão para créditos de liquidação duvidosa, líquida das recuperações (nota 7(c))	<u>36.625</u>	<u>75.387</u>	<u>42.971</u>	<u>76.107</u>
	<u>1.852.322</u>	<u>3.726.529</u>	<u>1.739.250</u>	<u>3.606.730</u>

(i) Decréscimo ocorrido em obrigações previdenciárias deve-se pelo incremento do passivo atuarial relativo aos benefícios de complementação de aposentadoria e pensão concedidos pela Lei Estadual nº 4819/58 (Plano G0), no valor de R\$ 157.527 com impacto no primeiro trimestre de 2011, não recorrente nos demais trimestres.

Descrição	CONSOLIDADO			
	2º tri/12	1º sem/12	2º tri/11	1º sem/11
Custos das vendas e dos serviços prestados:				
Salários e encargos	312.428	596.158	289.659	551.366
Obrigações previdenciárias (i)	8.806	17.864	11.970	23.446
Custos de construção	566.921	1.112.665	486.890	926.319
Materiais gerais	40.105	77.840	31.547	66.268
Materiais de tratamento	51.450	96.096	35.991	81.623
Serviços de terceiros	173.218	334.703	171.257	303.020
Energia elétrica	147.482	298.175	151.124	292.309

Notas Explicativas

Descrição	CONSOLIDADO			
	2º tri/12	1º sem/12	2º tri/11	1º sem/11
Despesas gerais	97.821	190.374	90.805	174.969
Depreciação e amortização	<u>171.635</u>	<u>351.445</u>	<u>169.903</u>	<u>388.250</u>
	<u>1.569.866</u>	<u>3.075.320</u>	<u>1.439.146</u>	<u>2.807.570</u>
Despesas com vendas:				
Salários e encargos	50.797	97.191	52.402	98.333
Obrigações previdenciárias (i)	1.499	2.895	1.959	3.921
Materiais gerais	2.052	3.922	1.910	3.650
Serviços de terceiros	54.717	116.917	37.739	109.304
Energia elétrica	66	327	163	334
Despesas gerais	20.950	39.536	17.631	37.843
Depreciação e amortização	1.843	3.333	617	4.149
Provisão para créditos de liquidação duvidosa, líquida das recuperações (nota 7(c))	<u>36.668</u>	<u>75.548</u>	<u>42.971</u>	<u>76.107</u>
	<u>168.592</u>	<u>339.669</u>	<u>155.392</u>	<u>333.641</u>
Despesas administrativas:				
Salários e encargos	43.402	83.070	40.527	76.557
Obrigações previdenciárias (i)	27.919	55.984	16.449	216.678
Materiais gerais	1.164	2.390	1.178	1.961
Serviços de terceiros	25.523	68.287	24.339	53.002
Energia elétrica	322	728	283	477
Despesas gerais	5.325	62.533	48.859	72.158
Depreciação e amortização	3.535	8.810	5.719	11.940
Despesas fiscais	<u>11.122</u>	<u>46.302</u>	<u>10.207</u>	<u>37.638</u>
	<u>118.312</u>	<u>328.104</u>	<u>147.561</u>	<u>470.411</u>
Custos, despesas com vendas e administrativas:				
Salários e encargos	406.627	776.419	382.588	726.256
Obrigações previdenciárias (i)	38.224	76.743	30.378	244.045
Custos de construção	566.921	1.112.665	486.890	926.319
Materiais gerais	43.321	84.152	34.635	71.879
Materiais de tratamento	51.450	96.096	35.991	81.623
Serviços de terceiros	253.458	519.907	233.335	465.326
Energia elétrica	147.870	299.230	151.570	293.120
Despesas gerais	124.096	292.443	157.295	284.970
Depreciação e amortização	177.013	363.588	176.239	404.339
Despesas fiscais	11.122	46.302	10.207	37.638
Provisão para créditos de liquidação duvidosa, líquida das recuperações (nota 7(c))	<u>36.668</u>	<u>75.548</u>	<u>42.971</u>	<u>76.107</u>
	<u>1.856.770</u>	<u>3.743.093</u>	<u>1.742.099</u>	<u>3.611.622</u>

(i) Decréscimo ocorrido em obrigações previdenciárias deve-se pelo incremento do passivo atuarial relativo aos benefícios de complementação de aposentadoria e pensão concedidos pela Lei Estadual nº

Notas Explicativas

4819/58 (Plano G0), no valor de R\$ 157.527 com impacto no primeiro trimestre de 2011, não recorrente nos demais trimestres.

19. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

Descrição	CONTROLADORA			
	2º tri/12	1º sem/12	2º tri/11	1º sem/11
Despesas financeiras:				
Juros e encargos sobre empréstimos e financiamentos - moeda nacional	(69.931)	(152.134)	(75.799)	(195.929)
Juros e encargos sobre empréstimos e financiamentos - moeda estrangeira	(25.728)	(45.747)	(17.883)	(37.149)
Outras despesas financeiras	(5.373)	(19.108)	(11.251)	(17.680)
Imposto de renda sobre remessa ao exterior	(3.649)	(5.758)	(2.613)	(4.512)
Variação monetária sobre empréstimos e financiamentos	(8.914)	(17.469)	(15.060)	(34.826)
Variação monetária sobre déficit incentivo Sabesprev mais	(392)	(807)		
Outras variações monetárias	(1.637)	(3.171)	(699)	(776)
Provisões para contingências financeiras, líquidas dos pagamentos	(5.126)	(78.116)	(24.932)	(68.123)
Total de despesas financeiras	<u>(120.750)</u>	<u>(322.310)</u>	<u>(148.237)</u>	<u>(358.995)</u>
Receitas financeiras:				
Variações monetárias ativas	9.313	21.087	30.302	47.398
Rendimento de aplicações financeiras	45.078	99.917	80.177	141.522
Juros e outras	<u>16.469</u>	<u>37.463</u>	<u>19.098</u>	<u>36.602</u>
Total de receitas financeiras	70.860	158.467	129.577	225.522
Financeiras, líquidas antes das variações cambiais	<u>(49.890)</u>	<u>(163.843)</u>	<u>(18.660)</u>	<u>(133.473)</u>
Variações cambiais, líquidas:				
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	(281.674)	(122.442)	74.251	143.348
Outras variações cambiais	(5)	(25)	(8)	(8)
Variação cambial ativa	<u>194</u>	<u>(55)</u>	<u>(10.032)</u>	<u>(14.950)</u>
	<u>(281.485)</u>	<u>(122.522)</u>	<u>64.211</u>	<u>128.390</u>
Financeiras Líquidas	<u>(331.375)</u>	<u>(286.365)</u>	<u>45.551</u>	<u>(5.083)</u>

Notas Explicativas

Descrição	CONSOLIDADO			
	2º tri/12	1º sem/12	2º tri/11	1º sem/11
Despesas financeiras:				
Juros e encargos sobre empréstimos e financiamentos - moeda nacional	(70.257)	(154.818)	(75.963)	(196.169)
Juros e encargos sobre empréstimos e financiamentos - moeda estrangeira	(25.728)	(45.747)	(17.883)	(37.149)
Outras despesas financeiras	(5.842)	(19.546)	(11.255)	(17.701)
Imposto de renda sobre remessa ao exterior	(3.649)	(5.758)	(2.613)	(4.512)
Varição monetária sobre empréstimos e financiamentos	(8.915)	(17.469)	(15.060)	(34.826)
Varição monetária sobre déficit incentivo Sabesprev mais	(392)	(807)	-	-
Outras variações monetárias	(1.636)	(3.171)	(699)	(776)
Provisões para contingências financeiras, líquidas dos pagamentos	<u>(5.126)</u>	<u>(78.116)</u>	<u>(24.932)</u>	<u>(68.123)</u>
Total de despesas financeiras	<u>(121.545)</u>	<u>(325.432)</u>	<u>(148.405)</u>	<u>(359.256)</u>
Receitas financeiras:				
Variações monetárias ativas	9.313	21.087	30.303	47.407
Rendimento de aplicações financeiras	45.187	100.193	80.220	141.580
Juros e outras	<u>16.487</u>	<u>37.534</u>	<u>19.107</u>	<u>36.624</u>
Total de receitas financeiras	70.987	158.814	129.630	225.611
Financeiras, líquidas antes das variações cambiais	<u>(50.558)</u>	<u>(166.618)</u>	<u>(18.775)</u>	<u>(133.645)</u>
Variações cambiais, líquidas:				
Varição cambial sobre empréstimos e financiamentos	(281.674)	(122.442)	74.251	143.348
Outras variações cambiais	(18)	(38)	(8)	(8)
Varição cambial ativa	<u>195</u>	<u>(45)</u>	<u>(10.030)</u>	<u>(14.947)</u>
	<u>(281.497)</u>	<u>(122.525)</u>	<u>64.213</u>	<u>128.393</u>
Financeiras líquidas	<u>(332.055)</u>	<u>(289.143)</u>	<u>45.438</u>	<u>(5.252)</u>

20. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

A composição de “outras receitas (despesas) operacionais líquidas” é a seguinte:

	CONTROLADORA			
	2ºtri/12	1ºsem/12	2ºtri/11	1ºsem/11
Outras receitas operacionais líquidas	22.875	33.482	54.936	60.189
Outras despesas operacionais	<u>(4.478)</u>	<u>(6.622)</u>	<u>(6.737)</u>	<u>(8.806)</u>
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	<u>18.397</u>	<u>26.860</u>	<u>48.199</u>	<u>51.383</u>

Notas Explicativas

	CONSOLIDADO			
	2ºtri/12	1ºsem/12	2ºtri/11	1ºsem/11
Outras receitas operacionais líquidas	22.912	33.545	54.964	60.246
Outras despesas operacionais	(4.478)	(6.622)	(6.737)	(8.806)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	18.434	26.923	48.227	51.440

As outras receitas operacionais compõem-se, de resultados nas vendas do ativo imobilizado, vendas de editais, indenizações e ressarcimento de despesas, multas e cauções, locação de imóveis, água de reuso, projetos e serviços do Pura e Aqualog.

As outras despesas operacionais compõem-se, da baixa de bens do ativo imobilizado por obsolescência, obras desativadas, poços improdutivos, projetos economicamente inviáveis e perda do ativo imobilizado.

21. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

A Administração da Companhia definiu os segmentos operacionais com base nos saldos contábeis em BRGAAP, utilizados para a tomada de decisões estratégicas.

A administração da Companhia considera o negócio como prestação de serviço de água e esgoto. Nenhum segmento operacional foi agregado.

As informações por segmento de negócios para o semestre findo em 30 de junho de 2012 são as seguintes:

	CONSOLIDADO			
	Janeiro a Junho de 2012		Reconciliação para as Demonstrações Financeiras (a)	Saldo conforme Demonstrações Financeiras
Água	Esgoto			
Receita bruta das vendas e dos serviços prestados - de clientes externos	2.341.938	1.902.240	1.137.268	5.381.446
Deduções da receita bruta	(173.332)	(141.431)	-	(314.763)
Receita líquida das vendas e dos serviços prestados - de clientes externos	2.168.606	1.760.809	1.137.268	5.066.683
Custos, despesas com vendas e administrativas	(1.662.267)	(968.161)	(1.112.665)	(3.743.093)
Lucro operacional antes das outras despesas operacionais líquidas	506.339	792.648	24.603	1.323.590
Outras despesas operacionais líquidas				26.923
Lucro operacional antes do resultado financeiro e impostos				1.350.513
Depreciação e amortização	203.278	160.310	-	363.588

Notas Explicativas

As informações por segmento de negócios para o semestre findo em 30 de junho de 2011 são as seguintes:

	CONSOLIDADO			
	Janeiro a Junho de 2011			
	<u>Água</u>	<u>Esgoto</u>	<u>Reconciliação para as Demonstrações Financeiras (a)</u>	<u>Saldo conforme Demonstrações Financeiras</u>
Receita bruta das vendas e dos serviços prestados - de clientes externos	2.201.692	1.776.361	948.823	4.926.876
Deduções da receita bruta	<u>(160.277)</u>	<u>(129.343)</u>	-	<u>(289.620)</u>
Receita líquida das vendas e dos serviços prestados - de clientes externos	2.041.415	1.647.018	948.823	4.637.256
Custos, despesas com vendas e administrativas	<u>(1.697.941)</u>	<u>(987.362)</u>	<u>(926.319)</u>	<u>(3.611.622)</u>
Lucro operacional antes das outras despesas operacionais líquidas	<u>343.474</u>	<u>659.656</u>	<u>22.504</u>	<u>1.025.634</u>
Outras despesas operacionais líquidas				<u>51.440</u>
Lucro operacional antes do resultado financeiro e impostos				<u>1.077.074</u>
Depreciação e amortização	226.302	178.037	-	404.339

O lucro operacional da controladora totaliza o montante de R\$ 1.350.005 (junho/2011 – R\$ 1.076.807), sendo a diferença de R\$ 508 (junho/2011 – R\$ 267) representada pelos resultados financeiros e imposto de renda e contribuição social das controladas em conjunto.

Os ajustes na receita bruta das vendas e dos serviços são como segue:

	CONSOLIDADO	
	Janeiro a Junho de	
	<u>2012</u>	<u>2011</u>
(a) Receita bruta de construção referente ao ICPC 1	1.137.268	948.823

Ajustes no custo, despesas de vendas e despesas administrativas são como segue:

	CONSOLIDADO	
	Janeiro a Junho de	
	<u>2012</u>	<u>2011</u>
(a) Custo de construção referente ao ICPC 1	(1.112.665)	(926.319)

(a) A receita de construção é reconhecida conforme CPC 17, “Contratos de Construção” (IAS 11) usando o método de execução percentual.

Notas Explicativas

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital autorizado

A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R\$ 10.000.000 (31 de dezembro de 2011 – R\$ 10.000.000), mediante deliberação do Conselho de Administração e ouvido o Conselho Fiscal.

(b) Capital social subscrito e integralizado

O capital social subscrito e integralizado é composto de 227.836.623 ações ordinárias (31 de dezembro de 2011 – 227.836.623), escriturais, nominativas, sem valor nominal, assim distribuídas:

	<u>Número de ações</u>	<u>%</u>
Secretaria da Fazenda	114.508.086	50,26
Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia	56.043.916	24,60
The Bank Of New York ADR Department (equivalente em ações)(*)	56.659.486	24,87
Outros	<u>625.135</u>	<u>0,27</u>
	<u>227.836.623</u>	<u>100,00</u>

(*) cada ADR equivale a 2 ações

O dividendo adicional proposto, no montante de R\$ 288.143, referente ao exercício de 2011 foi aprovado na Assembleia Geral de 23 de abril de 2012.

Outras informações sobre o patrimônio líquido, tais como remuneração aos acionistas, objetivo e finalidade de reservas, encontram-se na nota 18 das Demonstrações Financeiras Anuais de 31 de dezembro de 2011.

23. LUCRO POR AÇÃO

(a) Básico e diluído

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício.

	<u>1º sem/2012</u>	<u>1º sem/2011</u>
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	784.724	662.441
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (em milhares de ações)	<u>227.836</u>	<u>227.836</u>
Lucro básico e diluído por ação (reais por ação)	3,44425	2,90753

A Companhia não possui potenciais ações ordinárias em circulação, como por exemplo, dívida conversível em ações ordinárias. Assim, o lucro básico e o diluído por ação são iguais.

Notas Explicativas

24. COMPROMISSOS

(i) Aluguéis operacionais

Em 30 de junho de 2012, os aluguéis operacionais e de instalações já contratados requerem os pagamentos mínimos como segue:

2012	60.775
2013	57.702
2014	27.532
2015	1.152
2016	60
Total	<u>147.221</u>

As despesas com aluguéis para os períodos findos em 30 de junho de 2012 e 2011 foram de R\$ 15.245 e R\$ 9.138, respectivamente. Os valores referem-se às seguintes contas: aluguel de imóveis, aluguel de máquinas e equipamentos, aluguel de equipamentos de informática, aluguel de veículos, aluguel de equipamentos automotivos e aluguel de máquinas copiadoras. Os contratos dos aluguéis operacionais encerram-se em 2016.

(ii) Energia elétrica

A Companhia apresenta contratos de longo prazo de compromisso firme com fornecedores de energia elétrica para uso próprio. Em 30 de junho de 2012 os principais valores de contratos dessa modalidade são apresentados como segue:

2012	372.742
2013	229.795
2014	110.410
2015	107.869
Total	<u>820.816</u>

As despesas com energia elétrica para os períodos findos em 30 de junho de 2012 e 2011 foram de R\$ 147.682 e R\$ 151.387, respectivamente. Os contratos de demanda firme encerram-se em 2015.

25. EVENTO SUBSEQUENTE

PAC 2 - Grupo III - CEF

Em 20 de julho de 2012 a SABESP formalizou junto à Caixa Econômica Federal 22 (vinte e duas) operações de crédito que totalizam o montante de financiamento de R\$ 160.460 que serão utilizados na execução de obras e serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário em municípios com população abaixo de 50 mil habitantes. Os recursos são oriundos do FGTS - Programa Saneamento para Todos e foram obtidos por meio de processo de seleção do Ministério das Cidades - PAC 2 - Grupo III. Os encargos financeiros são: juros de 6,00% a.a., taxa de risco de 0,30% a.a e taxa de administração de 1,40% a.a.. Indexador TR - Taxa Referencial. O prazo de carência é de até 4 anos e o de amortização é de 20 anos.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**1. EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DO CONTROLADOR, CONSELHEIROS E DIRETORES**

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO				
Posição em 30/06/2012				
Acionista	Quantidade de Ações Ordinárias (Em unidades)	%	Quantidade Total de Ações (Em unidades)	%
Controlador				
Secretaria da Fazenda	114.508.086	50,3%	114.508.086	50,3%
Administradores				
Conselho de Administração	2.009	0	2.009	0
Diretoria	603	0	603	0
Conselho Fiscal	-	-	-	-
Ações em Tesouraria	-	-	-	-
Outros Acionistas				
Total	114.510.698	50,3%	114.510.698	50,3%
Ações em Circulação	113.325.925	49,7%	113.325.925	49,7%

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO				
Posição em 30/06/2011				
Acionista	Quantidade de Ações Ordinárias (Em unidades)	%	Quantidade Total de Ações (Em unidades)	%
Controlador				
Secretaria da Fazenda	114.508.082	50,3%	114.508.082	50,3%
Administradores				
Conselho de Administração	2.010	0	2.010	0
Diretoria	603	0	603	0

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO				
Posição em 30/06/2011				
Acionista	Quantidade de Ações Ordinárias (Em unidades)	%	Quantidade Total de Ações (Em unidades)	%
Conselho Fiscal	-	-	-	-
Ações em Tesouraria	-	-	-	-
Outros Acionistas				
Total	114.510.695	50,3%	114.510.695	50,3%
Ações em Circulação	113.325.928	49,7%	113.325.928	49,7%

2. POSIÇÃO ACIONÁRIA

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS DETENTORES DE MAIS DE 5% DAS AÇÕES DE CADA ESPÉCIE E CLASSE DA COMPANHIA, ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA				
Companhia:			Posição em 30/06/2012 (Em Ações)	
CIA SANEAMENTO BÁSICO ESTADO SÃO PAULO				
	Ações Ordinárias		Total	
Acionista	Quantidade	%	Quantidade	%
Secretaria da Fazenda	114.508.086	50,3	114.508.086	50,3

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas
Companhia de Saneamento Básico do
Estado de São Paulo – SABESP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP (a "Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2012, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado para os períodos de três e de seis meses findos nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 aplicável à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2012, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas de maneira consistente, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em

conjunto.

São Paulo, 10 de agosto de 2012

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Valdir Renato Coscodai
Contador CRC 1SP165875/O-6